

DA DEMOCRACIA

EM PORTUGAL

A DIREITA EM PORTUGAL. DESAFIOS, RECEIOS, POSIÇÕES?

Por Tiago Coelho



"Para Além da Maioria"

Uma análise eleitoral de João Salema de Sequeira e Gabriel de Campos Fábrega

O Conservadorismo ao longo do Tempo (e do Espaço)

Por Salvador Sommer Sacadura

Liberdade ou liberdade?

Por Carolina Margarido

Um Ensaio com 2000 Mil Anos de Discussões

Por Luís Miguel Simas e Sofia Veiga Carita

Muitas Sugestões Culturais

Incluído o novo Álbum de Slow J - Revisto por Luís Duarte

II EDIÇÃO

Fevereiro 2021



©WIKIPEDIA

Alexis De Tocqueville

Magistrado, Político, Sociólogo e
Filósofo Francês.

Autor da obra, *Da Democracia na
América*

BONS DIAS, CARÍSSIMO LEITOR!

Provavelmente já ouvistes falar da minha pessoa; provavelmente não. De todo o modo, certamente encontrarás em mim, se procurardes, algumas das reflexões que terás, já, encetado, aquando da observância do mundo que vos rodeia. O mundo social e político. Aquele que é próprio do Homem.

Durante a minha viagem ao "Novo Mundo", denotei o espírito das comunidades políticas recém-formadas. Ávidas de sucesso, de melhoramento do nível de vida, fundam-se num princípio de "igualdade de condições" que - apesar de profícuo na prossecução dos interesses fundacionais -, isola os homens. Dissolve a comunidade numa soma aritmética de indivíduos atomizados, cada um deles, abandonado à solidão do respectivo coração.

Foi contra este "individualismo" que decidi inspirar o corpo editorial e os redatores deste jornal que, em seguida, ides ler.

Se, a vossa criatividade e espírito crítico, formos - eu e os meus inspirados - capazes de trazer, para a esfera pública, levando-vos a falar, a escrever e a agir, em defesa da porção do globo comum que é vossa... teremos conquistado o paraíso possível.
- O da Terra.

prefácio



AGITAR O MAR, REMAR CONTRA A CORRENTE, CHEGAR A BOM PORTO

Ao conservar o espírito crítico
Promovemos a tolerância artística.
Porque valorizamos a Democracia constitucional
Ao amar a Liberdade linguística.
Obrigada pluralismo emocional!
Porque sem ti teríamos apenas estatística.
Este mundo seria demasiadamente banal
Sem a tua veia de paixão jornalística.

Porque escrever é a melhor forma de pensar.
E porque amar é a melhor forma de sentir.
Devemos procurar conservar
Esta estranha forma de existir.

Escreve-me uma carta amanhã
Cita-me o teu verso favorito.
Dir-te-ei que tipo de poeta és
Se escreveres "romance" a negrito.

LER, REFLETIR, DEBATER, REFLETIR... ESCREVER

Quando idealizei este projecto,
sempre o encarei com o espírito
socrático de quem nada sabe, e a
disposição galileica de quem cruza as
fronteiras do que a vista alcança.

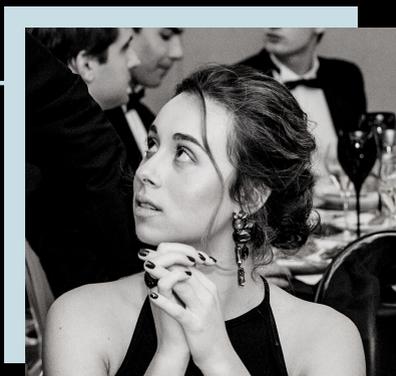
Antes de um produtor de ideias,
assumo-me um ávido leitor.
É através de uma simbiose entre
aquilo que penso, e aquilo que leio -
do que os outros pensam -, que
alimento a minha infindável
curiosidade. É comigo e com eles que
debato. É sobre tudo isso - e mais
alguma espuma que os dias me
trazem - que reflito.

É esta a missão que vos proponho.
Leiam, reflitam, debatam, reflitam...
Escrevam.
Nesse sentido, este jornal é mais vosso
que meu.
Sirvam-se do banquete.
- E disfrutem!

ATENCIOSAMENTE,

Luís Miguel Simas
DIRETOR-GERAL

Carolina Margarido
DIRETORA-GERAL ADJUNTA



dos editores



CONTEÚDO

06

CÁ DENTRO

Separador de Assuntos Nacionais.

21

LÁ FORA

Separador de Assuntos Internacionais, ou que analisem a actuação do Estado Português internacionalmente.

30

"ESTADO DE DIREITO(S)"

Separador mensal dedicado à investigação no campo dos Direitos Humanos.

35

PHILOSOPHIA

Ensaios versando temas clássicos da Filosofia, Filosofia Política e da Ciência Política.

51

ESPAÇO INSTITUCIONAL

Notícias e/ou Eventos do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

53

ESPAÇO CULTURA

Sugestões e reviews quizenais de livros, filmes, séries, música, teatro e demais programas culturais.

58

"CRIA(TIVIDADE)"

Separador quinzenal, dedicado à produção de escrita criativa, quer pelo corpo de redação, quer por alunos do IEP que nos enviem as suas peças.



/ JOÃO SALEMA DE SEQUEIRA



/ GABRIEL DE CAMPOS FÁBREGA

"Para Além da Maioria": Uma reflexão sobre as consequências das Eleições Presidenciais 2021

No passado dia 24 de janeiro, Marcelo Rebelo de Sousa foi reeleito Presidente da República, com 60,70% dos votos. Atrás dele, por uma larga distância, ficou Ana Gomes, com 12,97%, seguida de André Ventura, com 11,90%. Na quarta posição, encontramos João Ferreira, com 4,32% dos votos; a seguir a este, Marisa Matias conseguiu 3,95%. Nos últimos lugares, encontramos Tiago Mayan Gonçalves e Vitorino Silva, com 3,22% e 2,94%, respectivamente. Apesar da abstenção de ter tido a sua maior taxa de sempre em umas eleições presidenciais (60,7%), foi muito inferior àquilo que era esperado (70%), portanto, dado o contexto pandémico, pode-se considerar este resultado "não negativo". Neste artigo de opinião propomos-nos a analisar quais as consequências destas eleições presidenciais para os partidos com assento parlamentar nos próximos anos.

A esquerda portuguesa sai derrotada destas presidenciais. O terceiro lugar de AV constitui a maior derrota da democracia portuguesa até à data. Derrota mais pesada ainda para a esquerda porque, um pouco por todo o país, se sentiu a perda ou concessão de uma parte do espaço político de forças como o BE e o PCP. O PS absteve-se de apresentar um candidato ou apoiar diretamente Ana Gomes. Sem tomar uma posição explícita, posicionava-se mais favoravelmente à reeleição de MRS. As ilações

que podemos retirar em relação a estas eleições para o PS são diferentes. Por um lado, podemos considerar uma vitória do PS à dissociação aos resultados de AG. Numa altura tão frágil como a governação de uma crise, o PS apostou na continuidade e estabilidade política. O apoio direto do centro-direita e o tácito do centro-esquerda reforçou a legitimidade da reeleição de MRS. Nesta mesma conjuntura delicada em termos políticos, o PS escolheu não travar uma batalha que iria gerar mais prejuízos que dividendos. No entanto, a margem de vitória de Ana Gomes, face a AV foi muito magra (44 785 votos). No final destas eleições fica-se com a impressão que a maior derrota do PS foi no campo das ideias. Registou-se uma equiparação (em termos de números de votos) entre o centro-esquerda e a extrema-direita. Alguns podem apontar que se deveu ao facto das campanhas de AG e MM se tocarem em pontos muito semelhantes, e que a segunda deveria ter desistido da corrida para apoiar AG, ou mesmo nem ter concorrido. Apesar de tal poder ser verdade, o PS continua a ter uma quota-parte de culpa nesta equiparação entre o socialismo e a extrema-direita.

"RUI RIO, PARECE TER CELEBRADO POUCO, PARA ALGUNS NADA, A VITÓRIA DO CANDIDATO VENCEDOR"

Quanto aos partidos à esquerda do PS, o BE foi o grande derrotado da noite eleitoral. O decréscimo substancial nas votações da conhecida Marisa Matias entre 2016 e 2021 é mais do que tudo uma consequência da deriva política que tem marcado o BE, desde o pós-geringonça e a sua procura de uma voz enquanto oposição. A insistência de ir a eleições foi um erro político e as consequências foram pesadas, mas, pior que isso, um possível indício da hecatombe que pode vir a ocorrer em 2023. Já o PCP apostou forte nesta campanha. Entendeu que para o momento que o país vive era crucial uma candidatura forte à Presidência da República. Em certa medida podemos reconhecer algumas vitórias, relevar que foi a primeira vez, desde as legislativas de 2015, que o PCP conseguiu melhorar os resultados face às eleições passadas (neste caso melhorou percentualmente, em comparação, às Presidenciais de 2016). Ao mesmo tempo foi a primeira vitória sobre o BE em eleições nacionais (legislativas/presidenciais/europeias), desde 2014. Porém, o PCP, à semelhança do BE, concedeu o seu espaço político um pouco por todo o país. Além disso, em todos os distritos de Portugal, AV ficou à frente de João Ferreira. O Livre e o PAN não apresentaram um candidato, tendo ambos dado o apoio explícito a AG. Com base nas últimas eleições legislativas, Livre e PAN representariam 231 683 portugueses. Portanto, não é descabido afirmar que, em certa medida, a vitória de AG face a AV teve influência destas "forças menores" da esquerda portuguesa. Contudo, não são muito perceptíveis as consequências destas eleições para estes partidos. Dado serem recentes, e o seu mediatismo ainda mais recente. Com as autárquicas em outubro e as legislativas em 2023 perceberemos melhor este fenómeno e se é algo passageiro ou para ficar no sistema político português. Por outro lado, a direita portuguesa parece sair algo fortalecida destas eleições. Escrevemos parece, porque o resultado tem leituras diferentes para os partidos com assento na parlamentar. PSD e CDS-PP apoiaram Marcelo Rebelo de Sousa, a IL apoiou Tiago Mayan e o CH apoiou André Ventura. No caso do PSD, a pergunta imediata é: será que existia melhor alternativa a MRS com o mínimo de consenso e notoriedade? A resposta é não. Contudo, lembre-se que Rui Rio, parece ter celebrado pouco, para alguns nada, a vitória do candidato vencedor. Além disso, afirmou que o PS foi derrotado nas eleições por falta de comparência.

O destaque foi a referência ao segundo lugar de Ventura à frente de JF no Alentejo e o terceiro lugar nos Açores do mesmo candidato. A nível nacional, o resultado de Ventura foi, para Rio, não expressivo, mas nas suas palavras normal. Em relação às autárquicas é importante lembrar que o PSD assinou um acordo-quadro com o CDS-PP que exclui possíveis coligações com o CH para as referidas eleições. As perguntas do eleitorado do PSD parecem ser, entre outras, porque é que RR considera normal o resultado de Ventura? Além disso, esperará realmente Rio que o CH se modere? Consequentemente, a questão principal é: o que sucedeu ao eleitorado do PSD que não se reviu na presidência de MRS? Votou Ventura/Mayan/AG, branco/nulo ou absteve-se? As diferentes respostas às perguntas mencionadas são determinantes para entender o que esperar das eleições autárquicas, nas próximas eleições legislativas. Em relação ao CDS-PP, a pergunta inicial do PSD repete-se. A importância de ter um candidato próprio, porém, é maior por três razões: o partido passou a ter apenas 5 deputados na Assembleia da República; a liderança do partido parece não reunir os consensos necessários e não impede a "morte nas sondagens" (para alguns exageradas) e o eleitorado está a deslocar-se para o CH e para a IL. A opção de apoiar Marcelo foi positiva para o partido, pois associaram-se, de facto, à candidatura vencedora. Todavia, parece ser difícil de entender que não se tenha encontrado o indivíduo certo dentro do partido. Na noite eleitoral, "Chicão" parece ter ignorado os problemas internos do partido. Posteriormente, teve necessidade de medir o pulso ao partido e à liderança, afirmando que iria apresentar uma moção de confiança, após Mesquita Nunes ter pedido a marcação de um congresso extraordinário. Se o partido for a eleições, quem será escolhido e que soluções novas e/ou adaptadas da Democracia Cristã conseguirá trazer? A ideia de prudência como boa conselheira é um valor para os seus membros relevante, mas será possível essa prudência, quando a existência do partido está em causa?

Além dos partidos já referidos, é importante não esquecer a IL e o CH e entender que a estratégia de ambos difere dos restantes partidos. A escolha do candidato no caso da IL recaiu, pela primeira vez, na prata da casa, ou seja, no desconhecido Tiago Mayan Gonçalves. Já o CH apostou em AV (nas eleições a que o partido se tem apresentado AV diz sempre presente). Em segundo lugar, os resultados não podiam ser mais distintos, enquanto Mayan ficou em penúltimo lugar (a diferença para MM ficou em 30 257 votos), alcançando uma possível vitória moral. Já Ventura conseguiu o terceiro lugar, mas não a desejada segunda volta com MRS e/ou o segundo lugar à frente de AG, que apresentou ao eleitorado como uma derrota. Em terceiro lugar, é relevante lembrar que ambos os partidos têm crescido desde as últimas legislativas, porém, a IL não conseguiu a prometida onda liberal por todo o país, assim, a pergunta mais difícil de responder é: se conseguem candidatos dentro dos seus partidos para concorrer nas próximas eleições autárquicas. Tal, não é de descurar, pois para os liberais a questão local é sempre tida em grande conta e o seu eleitorado estará atento. Em relação ao CH é importante questionar se o partido consegue candidatos como AV, pois se tal não acontecer pode suceder que os eleitores não votem CH nas autárquicas deste ano, ou então aguardem até 2023 para fazer esse juízo nas legislativas. A liderança em ambos os partidos tem sido bastante consensual, contudo será que a liderança da IL apostará nos centros urbanos, fazendo com que o seu crescimento permaneça lento e sustentado ou irá revolucionar a sua estratégia? Por outro lado, o CH, com o crescimento que tem tido em número de membros, parece poder vir a ter ainda mais dores de crescimento, ou seja, como acomodar tantas exigências vindas de indivíduos com problemas tão diferentes?

Em conclusão, os partidos mais à esquerda do PS concederam parte do seu espaço político no território nacional, em todos os distritos os candidatos apoiados pelo BE e pelo PCP ficaram atrás de Ventura. O PS decidiu não apoiar ninguém nas eleições e isso refletiu-se numa vitória muito magra no campo das ideias. À direita, os resultados parecem ser de uma vitória invisível onde o PSD peca, talvez, por defeito nas celebrações e o CDS-PP, talvez, por excesso. A IL parece ver o resultado como uma vitória moral, e o CH como uma derrota (mesmo que não o seja). Em suma, 496 mil portugueses parecem não estar mais com a esquerda ou com a direita democrática. É necessário um espírito autocrítico, capacidade de reformular certas ideias e como estas são apresentadas, além de "revolucionar" ainda outras. O caminho é longo até 2023 acreditamos que pode ser evitado o pior nas próximas legislativas.





Impactos da Pandemia

/ POR BEATRIZ SILVA

A pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, económicos, políticos, culturais e históricos, sem precedentes na história recente das epidemias.

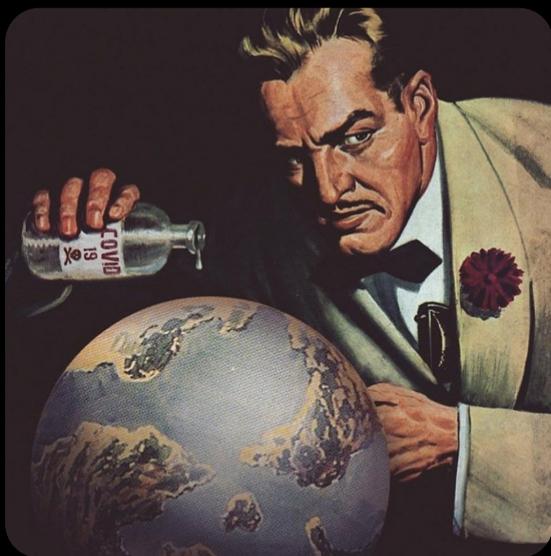
A estimativa de infetados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação económica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros. A pandemia representa um choque sobre a saúde pública mundial, com um impacto económico sem precedentes na história recente, refletindo efeitos adversos, tanto do lado da procura como do lado da oferta, generalizados a um conjunto muito alargado de países. Este choque na economia terá efeitos negativos ao nível da produção, do emprego, da produtividade, do sistema financeiro e da confiança dos agentes económicos, que, contudo, deverão ser mitigados pelas medidas entretanto implementadas, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Tendo vindo a preocupar de forma crescente e exponencial o mundo inteiro, a pandemia neste momento põe em risco o atual paradigma de sociedade tal como o conhecemos. O aparecimento deste vírus irá de forma permanente alterar comportamentos, provocar mudanças na forma de encarar o futuro e de priorizar as necessidades de todos. Os impactos na saúde mental, aquilo que, na minha opinião, é sem dúvida um dos aspetos mais preocupantes desta pandemia, são inúmeros. Reparámos no aumento do stress e da ansiedade devido ao confinamento, ao distanciamento físico, ao medo da infeção, à crise económica e à incerteza do futuro. Vimos os nossos planos a serem adiados, os hábitos reajustados e a nossa vida a mudar do dia para a noite.

Os hábitos e as rotinas de grande parte da população sofreram um embate e todos tiveram de se adaptar a uma nova realidade. As crianças foram obrigadas a trocar a sala de aula tradicional por uma sala de aula virtual - a telescola - e o teletrabalho foi a solução que muitas empresas encontraram para evitar a propagação do vírus.

*DEIXAMOS DE PODER
ABRAÇAR E
CUMPRIMENTAR
AQUELES QUE MAIS
GOSTAMOS E
DEIXAMOS DE SABER
O QUE É SAIR DE CASA
SEM MÁSCARA.*

Mas muitos negócios não puderam recorrer ao teletrabalho e tiveram mesmo de fechar portas por tempo indeterminado, como por exemplo as lojas de roupa, restaurantes, espaços de cuidado e beleza. As visitas à família e amigos foram trocadas por videochamadas, deixámos de poder abraçar e cumprimentar aqueles que mais gostamos e deixámos de saber o que é sair de casa sem máscara. A solidão acabou por "tomar conta" de diversos portugueses durante o confinamento. Sem poder sair de casa, fomos obrigados a encontrar formas para distrair a mente e tentámos manter-nos saudáveis a esse nível. Há pessoas que não saem de casa porque têm receio de ficar infetadas, há pessoas que estão constantemente a desinfetar-se a si e aos objetos à sua volta, com medo de ficarem doentes. Para além disto, temos também assistido ao aumento de casos de depressões e de violência doméstica. A pandemia condiciona, de facto, todos os dias a vida de muitas pessoas. A economia foi um dos setores mais afetados pela pandemia.

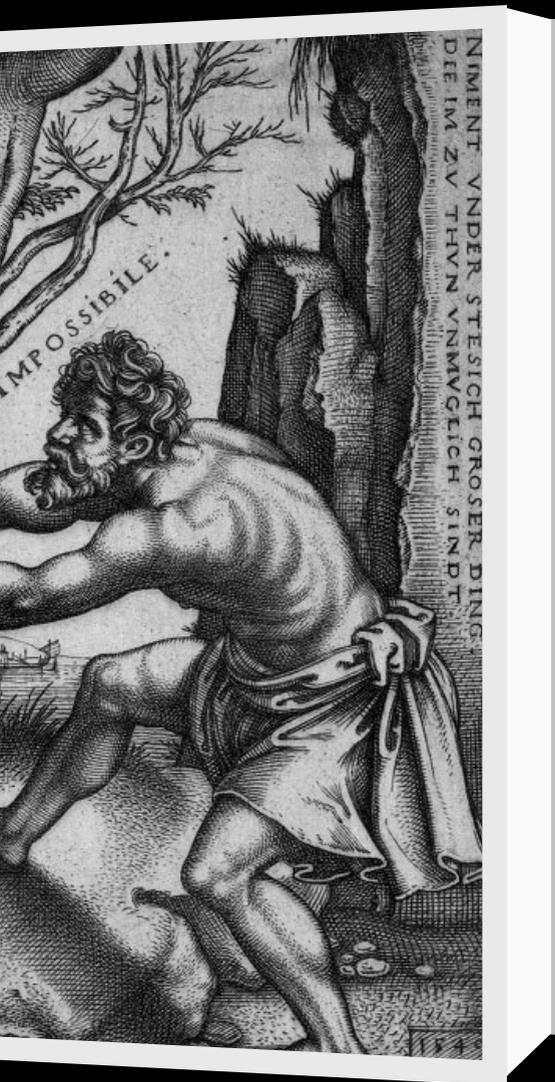


Por um lado, a pandemia provocou de forma bastante rápida uma disrupção nas cadeias de abastecimento e de produção, afetando a capacidade produtiva de diversas empresas em vários ramos de atividade. Em diversos casos não foi possível proceder a importações de bens intermédios e de matérias primas de forma atempada.

Por outro lado, a doença, o receio associado ao contágio, e a incerteza sobre o desfecho do fenómeno pandémico resultam numa enorme quebra de confiança, que induz a queda do investimento e do consumo privado. A combinação de uma elevada incerteza, da destruição de postos de trabalho e da queda no rendimento disponível, teve como resultado a forte redução do consumo.

A ausência de clientes nacionais e estrangeiros provocou um colapso económico, levando à falência grande parte das pequenas e médias empresas. Mesmo as grandes marcas mundiais, terão de restringir os seus gastos, atendendo que a relação entre a venda do produto e o consumidor diminuiu abruptamente desde o início da pandemia. Para manterem algum lucro, terão de despedir trabalhadores. Isto levará a um descalabro social, na medida em que, para além de contribuir para o agravamento do estado da saúde mental dos cidadãos, muitas famílias dependem de um dos seus membros para poderem ter o mínimo de conforto no seu lar.

As medidas de distanciamento físico tiveram um impacto imediato na procura do setor do turismo. A incerteza, o medo e a falta de confiança podem levar a uma crise prolongada no setor, que constitui uma grande preocupação para um país onde as atividades relacionadas com o turismo representam 8 por cento do VAB e 9 por cento do emprego (números respetivamente para 2018 e 2017).



Nem tão pouco as agências de viagens, empresas de aluguer de automóveis, operadoras turísticas, e empresas de cruzeiros preveem uma recuperação consistente no futuro próximo. As atividades culturais, de entretenimento, desportivas e recreativas foram as primeiras a encerrar ou suspender as suas atividades no início da pandemia e têm sido dos setores mais afetados pela mesma. Também as indústrias do têxtil, do vestuário e do calçado foram duramente afetadas pelos confinamentos nacionais, tanto em Portugal como no estrangeiro. Pelo contrário, os serviços de telecomunicações registaram um aumento de atividade, com o consumo de serviços de voz e dados a aumentar em cerca de 50 por cento na primeira semana de confinamento, comparativamente à semana anterior. Os setores de informação e comunicação e outros setores de serviços registam a maior proporção de empresas e de mão-de-obra a recorrer ao teletrabalho, tornando-os mais resilientes às medidas de confinamento. Sem dúvida que vários danos provocados pela pandemia são irreparáveis, no entanto, apesar de todos os aspetos negativos, acredito que a pandemia pode ter surgido como o caminho para uma maior igualdade, solidariedade, partilha e corresponsabilidade. Desde as diversas campanhas de apoio aos idosos desenvolvidas, às diversas vezes que batemos palmas à janela em forma de agradecimento aos profissionais de saúde, sem dúvida quem a pandemia veio mostrar como precisamos uns dos outros e contribuir, a meu ver, para tornar o ser humano menos egoísta e individualista.



Chega de dizer “chega!” ao CHEGA!

/ POR LUÍS DUARTE

“Não é verdade que no princípio e nos primeiros dias, ele [o tirano] não tem senão sorrisos e cumprimentos para todos aqueles que encontra, e que nega ser um tirano, faz múltiplas promessas em particular e em público, e tendo libertado os homens das dívidas, e distribuído terras pelo povo e pelos do seu séquito, simula afabilidade e gentileza para com todos? – Necessariamente. – Mas quando, julgo, conseguiu reconciliar-se com alguns dos seus inimigos exilados, e destruir outros, e não mais é incomodado por eles, em primeiro lugar está sempre a suscitar guerras, a fim que o povo tenha necessidade de um chefe. – É natural”
Platão, in “A República”

“(…) os excessos cometidos pelos ricos constituem um fator mais dissolvente dos regimes do que os cometidos pela massa popular”
Aristóteles, in *Política*

“Contra a inércia colaborante dos partidos políticos do sistema, o CHEGA! compromete-se a devolver os rendimentos àqueles portugueses que, há anos sem fim se vêm deles legal, mas ilegalmente esbulhados.”

“O CHEGA! veio, finalmente, para mudar. Mudar

mentalidades rotineiras, gastas e vazias; mudar sistemas caducos, ultrapassados, sem destino; mudar estruturas corruptas, podres e venais.”

Ambas as citações foram retiradas do manifesto do partido, disponível em <https://partidochega.pt/manifesto/>

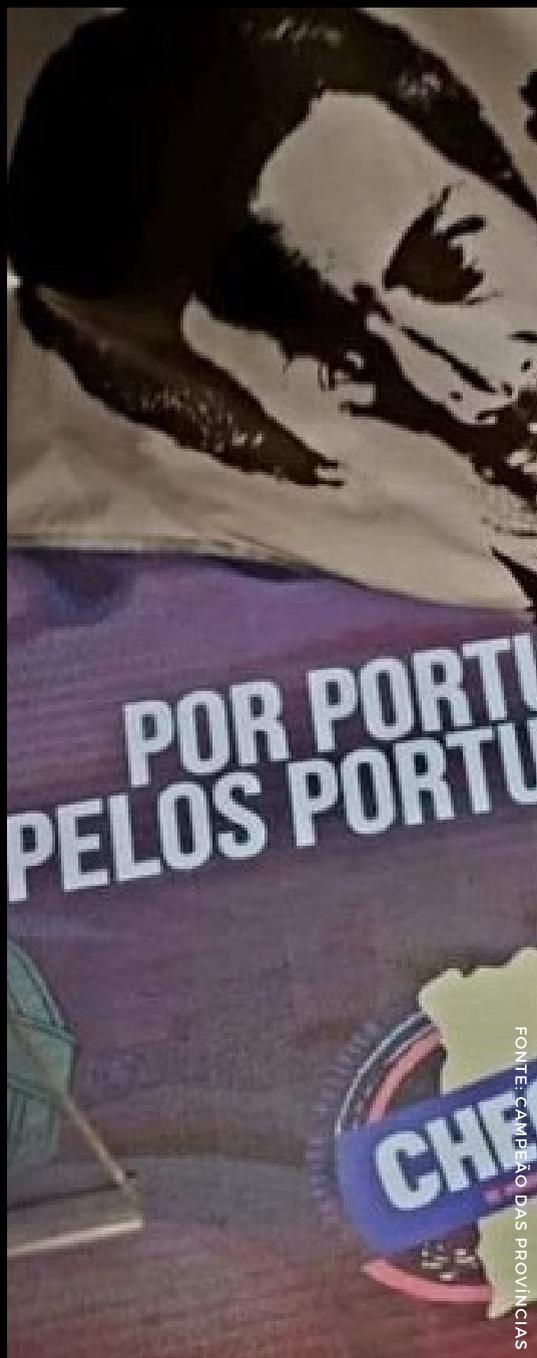
Tentarei que este texto não se limite à habitual abordagem de um assunto que é importante e sensível, e que procure, mais do que apontar incongruências a André Ventura, ou apelidá-lo de fascista, refletir sobre as origens deste movimento político.

Fazendo, a partir da afirmação de Aristóteles, o paralelismo entre os ricos e a classe governante atual, formulo a minha posição em relação à origem dos problemas que assolam a democracia, dizendo que os ataques que esta sofre vêm de problemas com os quais esta não é capaz de lidar. Estes problemas não são causados necessariamente por uma falha estrutural de funcionamento da mesma, mas por incapacidade ou falta de vontade dos seus agentes em enfrentá-los, ou porque não garantem o reconhecimento imediato de que precisam para ganhar eleições, ou porque exigem ferramentas humanas e sociais para além da alocação de fundos no Orçamento de Estado.

É importante olhar para o CHEGA! olhos nos olhos, sem medo de um partido que assume com toda a frontalidade querer romper com as normas instituídas. André Ventura, figura central do partido, que, por agora, o chefia, tornou-se um hábil mestre a atrair para si e para o seu partido uma parte da população que não se sente representada no atual sistema político português. É importante perceber que esta base de apoio não é, ao contrário do que é apregoado pela maioria da esquerda, composta, exclusivamente, pelo estágio último da ascensão do neofascismo em Portugal, de armas apontadas à comunidade cigana ou aos imigrantes. É, sim, a população a quem a classe governante em Portugal tem sistematicamente dito “você não contam”. “Não contam porque não são instruídos”, “não contam porque estão mal informados” e, no limite, “não contam porque não concordam comigo”. Neste último ponto, a esquerda parece-me especialmente responsável. Quando em combate com a direita, arma-se de uma certa convicção numa superioridade moral que tolhe a sua visão, impedindo-a de chegar

aos consensos que mantêm a democracia viva. O PS, consciente de que precisa do apoio da esquerda, que foge do centro, pouco esforço faz para construir pontes com a direita, e a política portuguesa tem-se visto tomada por um sectarismo que em nada a ajuda. Há que perceber, antes que seja tarde demais, que o jogo político não se resume a um "Benfica-Sporting", em que dois lados se enfrentam em duelo sem outro desfecho possível que não o da aniquilação do adversário. A polarização não é um fenómeno natural sobre o qual nada há a fazer. Pode, aliás, ser combatida, trazendo para dentro do espaço democrático, quem se sente de fora dele. Num país em que a educação é constantemente desvalorizada, e em que a classe política se afasta cada vez mais do comum mortal, será difícil garantir que todas as vozes se sintam ouvidas e respeitadas. É da marginalização de certos setores da sociedade que surgem os extremismos. A retórica "antissistema" que André Ventura apregoa não é senão a consciência de que a força política do CHEGA! não é ideológica. Não nasce de uma verdadeira crença de que certos valores e políticas são os melhores para servir o país (como acontece com a Iniciativa Liberal, outro partido recente), mas sim de que há um estilo e uma mão cheia de tópicos que preocupam a população a quem a classe governante não conseguiu explicar a importância de assuntos que, reconheço, são mais enfadonhos, mas não por isso irrelevantes. A História e a Cultura perdem-se, os políticos afastam-se das pessoas (nos atos e nas palavras), e, como consequência, as pessoas afastam-se da política. Não admira, por isso, que seja a alternativa antissistema a mais sedutora.

Como combater o populismo em Portugal, então? É preciso começar por parar de fazer de movimentos políticos e sociais como o CHEGA! um bicho de sete cabeças. É importante, sim, identificar o perigo que constitui para a democracia portuguesa, mas sem por isso o tentar isolar. Uma das causas do aparecimento de movimentos como o CHEGA! é precisamente a estratégia que depois é utilizada para o combater, ou seja, excluir o CHEGA!, e os seus simpatizantes, da política, é alimentar um dos chavões que este apresenta: o de ser um movimento antissistema. O sistema não pode combater o CHEGA! se o ignorar ou tentar silenciar. Esta inclusão no espaço político reveste-se de ainda maior importância quando olhamos para a estratégia política de André Ventura e do seu partido. Como se tornou evidente nos debates para as Eleições Presidenciais do passado





FONTE:CHEGA!

mês de janeiro, a retórica é uma arte que André Ventura domina como poucos. É capaz, como poucos, de controlar o rumo das discussões em que participa, e, através de truques como o de levar fotografias, consegue, invariavelmente, arrastar os debates para a lama, onde combate com “mais à vontade”. Foi esse o caso visto no debate com Marisa Matias, uma das personalidades políticas que mais energicamente fez frente a André Ventura, e que, apesar da sua experiência e discurso político bem definido, não conseguiu evitar disputar o mesmo jogo que André Ventura joga todos os dias: o que transforma o que devia ser um debate de ideias sobre a melhor maneira de conduzir o país, no que mais parece uma discussão entre duas crianças com idade pré-escolar (que me perdoem elas a comparação). Ao contrário do que vemos em muitos palcos de guerra pelo mundo, o verdadeiro combate político sério, honrado e com a elevação de quem serve o país e mais nada, ainda não se faz sem olhar nos olhos dos nossos adversários. Por uma vez (talvez juntando à ocasião do debate com Tiago Mayan Gonçalves, que provou que o traquejo político é tão importante como o carácter), se viu André Ventura desconfortável: no debate com o eventual vencedor das eleições, e atual presidente em funções, o líder do CHEGA! foi confrontado com uma parte da política (e talvez a mais importante) com a qual não está tão à vontade: a teoria e os factos. Marcelo Rebelo de Sousa personifica exatamente o que deve ser o combate contra o populismo: aproximar as pessoas da verdade, e, por consequência, da democracia. Esta luta não pode ficar apenas para o Presidente da República. É imperativo que toda a classe política assuma a responsabilidade de resgatar novamente para o espaço democrático quem dele se sente excluído, praticando uma política que una as pessoas sob um conjunto de ideias e valores, e não que baseie as “ideias” e os “valores” no que as pessoas dizem ou pensam.

O mundo mudou muito nos 25 séculos que separam as palavras de Platão e de Aristóteles das minhas, mas o Homem não acompanhou essa mudança. A história repete-se porque a natureza do Homem ainda não mudou o suficiente para que deixemos de cair nas mesmas esparrelas em que caíram, sucessivamente, gerações após gerações de seres humanos. Há que continuar a defender os valores da democracia, sem nunca os tomarmos como garantidos. Esses valores não se defendem exclusivamente nas cerimónias do 25 de Abril na Assembleia da República. A luta por eles mora também na maneira como políticos e cidadãos se conduzem no dia a dia, com a consciência de que são as pessoas que fazem as democracias e que, quando as primeiras são postas de lado, as segundas ficam invariavelmente enfraquecidas. Não nos deixemos cair na lama. Saibamos ter a coragem de brandir a verdade quando confrontados com mentiras, e elevação quando confrontados com a demagogia, para, assim, proteger a nossa democracia quando esta é posta em causa.



Direita confusa e desfasada

/ POR TIAGO COELHO

A rima histórica

Em certo sentido, um ritmo histórico tem vindo a ecoar assim que Portugal entra em crise, ou apronta-se para uma. Das cinco recessões que o país enfrentou, desde o início da nossa bela democracia, quatro delas emergiram aquando de governos chefiados pelo Partido Socialista, que por consequência trouxeram uma liderança sucessora chefiada pelo Partido Social-Democrata.

Decorreram elas entre 1983 e 1984, esta vindoura da crise petrolífera no Irão, entre a chefia de Pinto Balsemão (PSD) e Mário Soares (PS), acabando por decorrer, efectivamente, durante o governo deste último, que havia coligado com o PSD; a seguinte despertou em 2002, durante a demissão de António Guterres - invocando a falta de condições políticas para evitar que o país caísse num "pântano" -, a ele sucedeu Durão Barroso, sendo esta a primeira recessão motivada quase exclusivamente pela conjuntura interna; depois, veio a filha da devastadora crise internacional de 2007; e, por fim, como não há duas sem três, esta trouxe ao País a terceira recessão em 10 anos agora açambarcando os cofres do Estado - a bancarrota seria declarada em 2011, conduzindo Portugal ao inevitável resgate externo. Nestas últimas, o governo era liderado por José Sócrates, que viria a ter como seu sucessor Pedro Passos Coelho.

Iremos ou não presenciar um governo de direita que chefiará o poder executivo pós-crise pandémica?

Excepcionalmente às outras, entre 1992 e 1993, aquela que foi a 2a recessão económica do país teve origem no exterior, tal e qual como aquela que havia sido a primeira. Quando eclodiu a primeira Guerra do Golfo, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, assistiu-se à subida dos preços do petróleo. Só aí é que o Estado Português não tinha presenciado uma governação no topo da cadeia do poder político pelo PS, mas sim pelo PSD protagonizada por Aníbal Cavaco Silva.

É evidente que o que se está aqui a querer constatar não é certamente a constante de que os governos socialistas mencionados sejam todos culpabilizados politicamente pela sua gestão (económica) desequilibrada do País, até porque, se considerarmos bem, das cinco recessões, três delas tiveram origem no exterior (a primeira de 83', a segunda de 92' e a penúltima de 2008).

O óbvio é a alternância (governativa) incessante que se segue às crises. Talvez seja o facto de o povo português ter, até então, predominantemente, preferido o PS ao PSD, desde o início da nossa democracia, que, consequentemente, encontra o infortúnio de levar com a pipoca de recessões exteriores. Ou então terá sido mesmo originada pela má gestão e débil prevenção quando estamos prestes a ser arrombados por estes fenómenos externos e internos. Deixarei essa hipótese aos leitores. Mas será, portanto, sobre a eventualidade rítmica, que roça há alguns anos nos ouvidos dos portugueses, poder vir a ser escrita novamente nesta próxima "quadra recessiva" que se avizinha. Terá a direita outra vez a possibilidade de preencher a história democrática portuguesa? Iremos ou não presenciar um governo de direita que chefiará o poder executivo pós-crise pandémica?

Uma direita desfasada em coligação?

É sabida a crise que a direita portuguesa passa. Carecida de rumo e estratégia conjunta, a direita bem poderá tentar chegar ao poder, mas nestas condições actuais pouco ou nada dá esperança de que isso ocorra. Enquanto o PSD de Rui Rio foi perdendo cada vez mais terreno para o PS, concomitantemente o CDS foi e vai desaparecendo a trote. O Partido Socialista venceu quase todas as últimas corridas, conseguindo, por coligação as legislativas de 2015, as autárquicas de 2017, as europeias de 2019 e, novamente, as legislativas nesse mesmo ano. Por mais felicidade que o PSD, e pelos vistos também o CDS, tenham demonstrado (que tanta fé puseram em Marcelo Rebelo de Sousa), as presidenciais pertenceram-lhes, ainda que, bem sabemos, Marcelo ganhou estas eleições quase que por si mesmo. A sua forte popularidade não engana – sendo o único candidato da História a vencer em todos os concelhos – não tendo despendido uma grande quantia nesta sua última corrida, pouco se pode considerar esta uma vitória partidária do PSD e/ ou do centro-direita. Poderá ser algo, mas não é muito.

Contudo, após o nascimento de novos partidos como o CHEGA! e o Iniciativa Liberal, temos visto uma mudança nas peças do jogo democrático neste lado do espectro político. A História, desde que ambos os partidos surgiram e confirmaram o seu plano representativo na Assembleia, tem vindo a ser rabiscada sobre o que se pode prever para as futuras eleições. Rui Rio já afirmou, várias vezes, abrir conversações com o CHEGA!, se este último evoluir para uma “posição mais moderada”. Destinada a mensagem a uma ala assumidamente de direita, alvo de inúmeras críticas, devido ao seu extremismo e demagogia, a dúvida acabou por ser ligeiramente esclarecida com o governo regional dos Açores. Quando ambos coligaram mediante acordos parlamentares deram a entender que não será impossível haver entendimentos eleitorais numa futura eleição. Em certa medida, para Rio, dependerá sempre do CHEGA! a abertura para estes entendimentos, pois ele já terá marcado a sua posição quanto a essa questão, ainda que pelo que se vê, pouco ou nada o CHEGA! tem moderado em termos gerais na sua política.

Por sua vez, André Ventura já assumiu algumas posições contraditórias, que não espelham bem qual será a sua posição definitiva: dependerá também da recíproca evolução do próprio PSD para posições mais direitistas?



FONTE: LUSA

Mas, e se o CHEGA! coligar mesmo com o PSD? Poderemos dizer aí que o partido não é tão antissistema como pretende fazer crer? De facto, a incógnita não se dissolve, se para o partido o problema é com a esquerda que tem vindo a dominar a política, ou o sistema concreto em si. Digo isto porque o próprio Partido Social Democrata é o partido que se segue logo a seguir ao PS na linha do domínio político nacional - desse mesmo sistema que André Ventura tanto critica -, que o próprio CHEGA! despreza.

Recentemente, surgiu um novo esclarecimento aos eleitores de direita. O papel sobre o qual são desenhadas e se encontram as posições destes vários partidos encontram agora um novo acordo referente às autárquicas e clarificam particularmente como se vão desenrolar as mesmas. Pelos vistos, o líder do PSD diz faltar moderação por parte do CHEGA! e afirma que isso o deixa de pé atrás. Nesse sentido o acordo entre PSD e CDS, historicamente concededores de algumas coligações passadas, avança mesmo para um acordo autárquico que deixa o CHEGA! de fora. Só que isto apenas compreende as autárquicas, e não as legislativas. Francisco Rodrigues dos Santos explicou, em entrevista ao Observador, que não rejeita desde já negociações com o CHEGA! quanto às legislativas, contrariamente ao que se passará nas autárquicas. O certo aqui é que o corpo que se forma para o futuro da direita ainda não está nem perto de constituir os nutrientes necessários para demonstrar uma alternativa conjunta ao poder.

No meio de todo este alvoroço, dificilmente vejo uma alternativa de direita ser alcançada, sem o CHEGA! incluído. A constante evolução eleitoral quanto muito confirma a subida de um e a descida de outro. O PSD nem em conjunto com o CDS e Iniciativa Liberal acerca uma maioria suficiente para formar governo e, como nenhum destes dois partidos se aproxima do partido populista em força de votos, reduzida é a hipótese de se ver cumprir a rima.

A IL tem tido um crescimento mais lento comparativamente com o CHEGA!, ainda assim o tempo não deixou de lhe permitir uma certa ascensão e ganho razoável no número de eleitores (se considerarmos as sondagens ultimamente apresentadas), também já representado no parlamento por João Cotrim Figueiredo. Este demarca-se pelo menos da eventualidade de produzir acordos com o CHEGA!, defendendo o seu partido como sendo o oposto. Tal provou-se também nos Açores, ainda que tenha assumido uma posição neutra quanto a coligações à direita. Explorando todas as hipóteses, sem o CHEGA! no plano, apenas se a IL e o CDS recuperarem e agregarem os votos perdidos pela direita, e/ou o próprio PSD de Rui Rio obter um bom resultado nas autárquicas é que se torna razoável pressupor capacidade suficiente para ir à luta nas legislativas.

No fundo, encontramos 4 partidos ainda bastante desconectados e pouco alinhados quanto a um rumo universal direitista. Porquanto, se já com as duas forças políticas mais fortes crê-se ser um processo demorado e forçoso de concessões recíprocas, que por norma nenhum dos lados irá desejar abdicar, então entre três ou os quatro partidos, a coisa fica feia.

A menos que surjam surpresas pelo caminho, será complicado para Rui Rio recuperar e solidificar a base eleitoral e conforme “consagrar” essa rima histórica. Neste campo, teremos seguramente de esperar por desenvolvimentos futuros para acertar os ponteiros e entendermos a direcção que a direita conjunta segue, se é que ela sequer existe.

***COTRIM DE FIGUEIREDO
DEMARCA-SE DE PRODUZIR
ACORDOS COM O CHEGA!,
DEFENDENDO O SEU
PARTIDO COMO SENDO O
OPOSTO.***



FONTE: LUSA



"E-fumo-éride": 20 Anos de Despenalização

/ POR INÊS SIMÕES



FORNTE: DEUTSCH WELLE

Um exemplo

No dia 1 de julho de 2021, faz 20 anos que entrou em vigor a lei nº30/2000 que, num passo pioneiro e algo vanguarda, descriminalizava o consumo da droga em Portugal. Efetivamente, naquele que era um país conservador e tradicionalista, havia cada vez mais a necessidade de abordar um problema que, no decorrer dos anos 80 e 90, se afigurava como um dos mais graves no território nacional.

De onde surgiu esta necessidade?

Com efeito, foi no pós 25 de abril que as drogas começaram a ganhar terreno no estilo de vida de muitos portugueses. De facto, fruto da maior abertura do país ao mundo e fruto da chegada de muitos retornados das então colónias - onde o consumo de algumas substâncias, como sendo a cannabis, eram mais comuns - Portugal tinha nas mãos uma situação que, caso ignorada, se poderia agravar. Deste modo, não obstante as nossas taxas de consumo não serem as mais elevadas da Europa, havia a percepção de um verdadeiro problema de saúde pública, já que o consumo era feito a céu aberto, à vista de todos, sobretudo nas grandes cidades, com particular incidência em Lisboa. Foi, portanto, neste contexto que, em 1998, se criou um comité de especialistas que, após análise, deveria indicar um possível caminho capaz de reverter ou, pelo menos, atenuar esta situação. Daqui resultou um relatório intitulado "Estratégia Nacional de Luta contra a droga" que recomendava, por fim, a estratégia de descriminalização do consumo.

Porquê descriminalização?

Dentro do discurso proibicionista e dentro daquelas que são as convenções internacionais de que Portugal faz parte, a descriminalização era, de facto, uma das poucas soluções que - não legalizando ou não enveredando pelo discurso de "guerra às drogas" - permitia tomar os toxicodependentes não como criminosos, mas sim como doentes que precisavam de ajuda e acompanhamento. A descriminalização deixa, portanto, de considerar um crime o consumo e posse de droga - dentro de limites previamente estabelecidos e que devem corresponder ao consumo médio individual por 10 dias. O indivíduo, assim, livre de qualquer sanção criminal, incorre apenas numa contraordenação, sendo apresentado não a um tribunal, mas a uma Comissão para a Dissuasão. O encargo passa, deste modo, para o Ministério da Saúde, e não da Justiça, procurando criar-se alternativas e meios para que

uma eventual primeira ou segunda ofensa não se torne numa situação recorrente. Este respeito pela dignidade humana e vontade de inculcar uma mudança não só a nível jurídico, como também a nível social, leva a que esta nova filosofia de ação se seja, essencialmente, por 5 pontos: prevenção, dissuasão, redução de riscos e danos, tratamento e reinserção social. A assistência e não o encarceramento torna-se, por isso, na palavra de ordem.

Não levará isto a um aumento do consumo?

Ainda que este fosse o principal contra-argumento apresentado pela oposição durante o debate desta medida, a verdade é que tal não se tem necessariamente verificado - pelo menos não na proporção que na altura se pensava -, tendo, inclusive, auxiliado em fenómenos indiretamente ligados com o consumo de drogas, como o número de infeções de VIH daí provenientes.

Assim, torna-se importante mencionar alguns dados e percentagens que mostram esta evolução positiva. Efetivamente, no que ao consumo moderado diz respeito, importa referir que nos anos de 2006, 2007, 2011 e 2012, Portugal ficou abaixo daquela que seria a média europeia. No ano de 2011, por exemplo, ao passo que o consumo de cannabis, na faixa etária dos 15 aos 34 anos, se situava nos 6,7%, a média europeia rondava os 12,1%. Tal demonstra o progresso verificado nos anos antecedentes com o consumo jovem a decrescer nos anos de 1999 a 2006 e o número de pessoas em programas de substituição a aumentar exponencialmente, como se verifica no período de 1999 a 2003, onde o mesmo aumentou 147%. Com efeito, depois de nos anos 90 se ter dado um incremento exponencial no consumo de drogas, bem como no número de mortes e de casos de SIDA, VIH e Hepatite B e C com ele relacionados, esta medida foi como que uma lufada de ar fresco que permitiu aos toxicodependentes finalmente procurarem a ajuda que tanto necessitavam, mas a que estavam impossibilitados de aceder por receio de repercussões judiciais. Para além disso, podemos também referir o decréscimo no consumo de drogas ilícitas e na sua prevalência na faixa etária dos 15 aos 64 anos que, em 2001, se situava nos 7,8% no território português, uma taxa relativamente baixa se compararmos com os 34% do Reino Unido.

Conquanto isto, é de notar que, não obstante esta tendência para a diminuição no consumo jovem, a

verdade é que este teve um aumento nos anos de 2010 e 2011, sendo que a cannabis - por vários anos seguidos - continua a ser a droga com o maior predomínio neste âmbito. Esta é, de facto, a substância mais experimentada e/ou consumida na faixa etária dos 15 aos 34 anos, retirando o primeiro lugar à heroína que, até 2012, era a mais utilizada pelos mesmos. Tal acontece, devido à sua maior acessibilidade por parte destes jovens e por ser percebida como o estupefaciente de menor risco para a saúde, podendo - por vezes - criar-se um maior sentimento de complacência para com o seu consumo. Por conseguinte, não é de estranhar que, nestes anos, - por contraposição aos utentes já em tratamento, onde a droga principal continuava a ser a heroína - a cannabis fosse a mais prevalente no número de novos utentes ambulatórios, compondo cerca de 49% dos mesmos.

Outra das grandes conquistas desta política de descriminalização foi o decréscimo do consumo da droga injetada e a partilha de material em doentes em tratamento. Tal é, com efeito, possibilitado pelos vários programas e estruturas sócio sanitárias que o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) tem à disposição e que se destinam "à sensibilização e ao encaminhamento de toxicodependentes bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicod dependência." Entre estes encontram-se os centros de acolhimento e de abrigo, os programas de troca de seringas e para consumo vigiado, as equipas de rua e, desde 2018, as salas de consumo assistido, primeiro em regime ambulatório em algumas localidades de Lisboa, e, para breve, num local fixo nos arredores de Lisboa que permitem a diminuição do consumo em céu aberto e uma maior segurança durante o mesmo.

E problemas?

São inegáveis os progressos alcançados com estas medidas. Todavia, é também verdade é que as mesmas não são imunes a críticas. De facto, naquilo a que João Goulão chama de um "buraco na lei", tem-se notado um aumento cada vez maior no número de condenações provenientes do consumo. O mesmo refere que, apesar de o intuito da lei ser o da não criminalização de todo o consumo, a existência de quotas e de limites máximos não explicita o que acontece quando a quantidade em mãos excede esse máximo, permitindo uma maior arbitrariedade no

que ao estabelecimento de uma possível pena diz respeito - algo que parece contrariar o seu espírito inicial. Por outro lado, é possível afirmar que, após 20 anos, se revela um maior descuido com as medidas de prevenção e de minimização de riscos, o que tem levado a um acréscimo da mortalidade relacionada com narcóticos, contrariando todos os esforços e conquistas conseguidos nos anos anteriores. Em 2018, morreram 108 pessoas vítimas de overdose provocadas por droga e álcool, o ano mais mortífero até então.

Um exemplo.

Ainda que o "caso português" não seja, como vimos, perfeito, é quase tomado como certo, que merece ser elogiado, quanto muito pelos resultados e repercussões que se têm obtido e notado ao longo dos últimos 20 anos.

Efetivamente, naquele que era um mundo mais inclinado para a criminalização e condenação daqueles que traficavam e/ou consumiam, Portugal foi capaz de romper com a norma e quebrar barreiras, colocando-se na dianteira, numa política que é muito louvada no panorama internacional, inclusive pela ONU. Assim, ainda que inicialmente reticente, a organização internacional tem, no entanto, vindo a notar os seus benefícios na sociedade, primeiro, a nível dos consumidores e, de seguida, na opinião coletiva que deixa de tomar este grupo como delinquentes ou marginais, vendo sim alguém que precisa de ajuda e auxílio para se retirar de uma situação para si prejudicial. Foi, por isso que, em 2016, numa Assembleia Geral, Portugal teve direito a ser louvado, sendo, então, notório que, ainda que se possa não concordar com a abordagem tomada, devemos ter em consideração, pelo menos, o que dela de positivo e benéfico adveio. Ainda assim, cabe-me frisar que o "caso português" é apenas uma das muitas abordagens a um mesmo problema. Soluções perfeitas não existem, cabendo, claro está, a cada país tentar encontrar a solução que melhor se adequa à sua conjuntura e às suas especificidades e particularidades culturais, territoriais e, até mesmo, económicas.



/ JOÃO
QUARESMA



1 Candidato, 2 Governantes, 3 Conspiradores e... muito por esclarecer

Estávamos em 2017 quando toda esta história deu o pontapé de saída. Em abril, 16 estados-membros da UE – entre os quais Portugal – sinalizavam a intenção de conceber uma Procuradoria-Geral Europeia sob a forma de cooperação reforçada. O processo avançou com rara celeridade, ao ponto de apenas dois meses depois outros quatro estados se terem juntado, e de um acordo para o Regulamento da Procuradoria ter chegado a bom porto, tendo este sido adotado e colocado em prática, respetivamente, em outubro e novembro.

De lá para cá, pouco se passou. Só em 2019 foi nomeada a primeira Procuradora-Geral Europeia, honra essa que recaiu sobre a romena Laura Kóvesi, magistrada conhecida e reconhecida internamente pela sua incansável luta contra a corrupção (não esqueçamos que a Roménia é uma das nações mais corruptas da UE), tendo liderado durante 5 anos a chamada Direção Nacional Anticorrupção. O presente artigo não versa sobre esta dama de ferro, mas parece ser inegável que um órgão que se propõe investigar, processar judicialmente e levar a julgamento autores de infrações lesivas dos interesses financeiros da União, que almeja combater crimes como a corrupção, o branqueamento de capitais ou fraudes relacionadas com IVA ou obtenção de apoios

deverá, por definição, ser credível, composto por indivíduos conceituados, sem esqueletos no armário, selecionados de modo inequívoco e transparente.

A nomeação de Kóvesi foi um primeiro sinal de força da União, mas esse mesmo sinal parece ter caído um pouco no esquecimento à luz dos mais recentes acontecimentos que, lamentavelmente, envolvem Portugal, e têm estado na ordem do dia tanto cá dentro... como lá fora.

A polémica tem incidido no último passo antes da Procuradoria poder iniciar funções: a nomeação dos procuradores-europeus por parte dos estados-membros. Cada país tem direito a designar um magistrado, e, na esmagadora maioria dos casos, o processo decorreu serena e institucionalmente. Apenas três países – Bélgica, Bulgária e Portugal – decidiram seguir um caminho diferente dos parceiros, insistindo numa escolha cunhada essencialmente pelos respetivos executivos.

Importa, antes de seguir para a porção sumarenta do texto, que se clarifique o procedimento de nomeação dos procuradores. Segundo o Regulamento, a escolha deve garantir a sua independência, advindo a legitimidade das instituições europeias envolvidas no processo. Cada estado-membro faz uma triagem nacional até ser atingida uma shortlist com apenas três nomes. Essa é posteriormente submetida a um júri internacional independente, que está incumbido de avaliar os nomes propostos e hierarquizar os candidatos conforme a sua preferência. É, pois, esperado que os países sigam a sugestão, indicando o candidato preferido do júri para ser finalmente nomeado pelo Conselho. Os três referidos destoam do restante bloco porque optaram por ignorar a recomendação internacional, designando um magistrado que não o preferido pelo júri.

Esta opção, só por si, pode, compreensivelmente, gerar algum desconforto, mas não é, de todo, censurável: o Regulamento refere que o parecer dos jurados só será vinculativo se estes vetarem algum dos nomes submetidos, que não aconteceu.

Então, onde surgiu toda a polémica com Portugal? Se é verdade que o processo seguiu todos os trâmites institucionais, Lisboa fez dele uma autêntica trapalhada, agora amplificada pela nossa Presidência Europeia. Da triagem conjunta dos Conselhos Superiores da Magistratura e Ministério Público

resultaram quatro nomes: José Rodrigues da Cunha, José Guerra, Ana de Almeida e João Santos, com os três últimos a seguirem para apreciação internacional. A decisão internacional pendeu para Ana de Almeida, colidindo com a opção nacional por José Guerra.

O cerne da questão não está tanto no nome afixado, mas antes nas justificações dadas... ou falta delas... O Ministério da Justiça fundamentou a sua teimosia com o "percurso profissional superior" de José Guerra face aos restantes. Logo em setembro, quando José Guerra tomou posse, Paulo Rangel, eurodeputado do PSD, e um dos três conspiradores (lá iremos) torceu o nariz com as explicações de Francisca Van Dunem e avançou com o que muitos considerariam uma verdadeira teoria da conspiração (algo muito na moda nos dias que correm), sugerindo que Ana de Almeida fora sonogada pelo Governo por participar numa investigação que envolve personalidades socialistas. Referia-se, essencialmente, ao caso das golas antifumo, que ditaram a queda do ex-Secretário de Estado da Proteção Civil, Artur Neves.

Soube-se então, recentemente, que a carta da tutela da Justiça enviada a Bruxelas enaltecia a experiência de José Guerra como procurador-geral- adjunto, bem como a sua liderança da investigação no Caso UGT – que remonta a 1988, com uma acusação por fraude na obtenção de subsídios num valor superior a 358 mil contos (€1,8 milhões) – "o mais complexo processo criminal ocorrido em Portugal" sobre crimes no uso de verbas do Fundo Social

Europeu. Dados estes que, analisando o historial do magistrado, sabemos não corresponderem à realidade, já que Guerra é procurador e apenas representou o Ministério Público no julgamento. A partir do momento em que um governo se depara com situações destas, onde as suas escolhas são postas em causa, não há muito que se possa fazer. São três simples passos: assume-se o erro, apuram-se responsabilidades, segue-se em frente. Somente o primeiro foi (parcialmente) cumprido, saltando-se logo para o terceiro.

A tutela referiu-se às inverdades como meros "lapsos" e escudou-se em acusações de "empolamento político". Na sequência, o Diretor-Geral da Política de Justiça, Miguel Romão, demitiu-se e responsabilizou a Ministra, afirmando que esta tinha conhecimento

integral do conteúdo da carta; a mesma Ministra que admitiu frontalmente não ter lido a carta e que confessou, em plena audiência parlamentar, ter ponderado exonerar-se.

Van Dunem mantém-se no executivo e recebeu o respaldo do PM, António Costa. Cores políticas à parte, é inegável a solidez da carreira de magistrada que a Ministra construiu. É evidente que merece reconhecimento. Mas admitir que não fez parte do trabalho que lhe competia é uma falha grave. Já António Costa, goste-se ou não do seu estilo, podemos concordar ser um dos mais habilidosos políticos portugueses. Mas alguém com o traquejo do PM dificilmente poderia ter reagido de forma mais desastrosa.

Há em política um amargo costume que cai sempre bem no eleitorado: um mea culpa, admitir os erros quando ocorrem e assumi-los. Van Dunem soube admitir... mas não assumir. Costa não fez nem uma coisa nem outra, optando por descaradamente advogar que os "lapsos" em nada influenciaram a escolha de José Guerra (que hoje sabemos, por via de um documento europeu tornado público, ser o oposto da verdade) e por desviar atenções e culpas para três nomes do maior partido da oposição: Paulo Rangel, Batista Leite e Poiares Maduro, acusando-os de orquestrarem uma cabala contra o próprio país – acusação essa que fez Ana Gomes evocar Viktor Orbán. Fiscalizar e denunciar o que se consideram ser erros não é conspirar, mas ser patriota, e Costa, obviamente, não é nenhum Orbán, mas esteve mal. De um chefe de governo pedia-se estadismo nesse momento frágil, e não lançar achas à fogueira.



AS ESCOLHAS DE UM GOVERNO SÃO AS ESCOLHAS DE UM POVO.

Diz-nos Sá Carneiro que “política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha”. O Governo arriscou, desafiando (embora legalmente) as recomendações externas. Só por aqui poderíamos debater se essa jogada contribui para o esvaziamento das instituições europeias, mas uma coisa é certa: lamentavelmente, faltou ética no momento de clarificação.

Entretanto, a 5 de janeiro, Portugal assumiu a Presidência do Conselho da UE. Face ao pesadelo que assistimos dentro e fora de portas, a presidência estaria fadada desde início a ser dura e repleta de desafios, marcada pelos esforços de vacinação e pelo afundamento económico. Portugal tem um excelente historial de presidências, desde a assinatura de Maastricht em 1992 à assinatura de Lisboa em 2007. Apesar da pandemia, foram traçadas importantes metas, apontando à recuperação socioeconómica, às transições verde e digital, a uma crucial cimeira UE-Índia, mas a sombra do “Caso Procurador” poderá perdurar.

“Com grandes poderes vêm grandes responsabilidades”, disse Ben Parker ao sobrinho Peter. Hoje, Lisboa tem um papel central no núcleo da UE, pelo que as responsabilidades são acrescidas. Entre outras coisas, temos de dar o exemplo e, no entanto, assistimos a um Portugal em guerra com meia Europa, com os Socialistas Europeus como único grupo que aceitou sem reservas as nossas justificações. Quanto aos restantes, em particular Liberais e Democratas-Cristãos, a intervenção do eurodeputado espanhol Esteban Pons (PPE) perante Costa resume bem o seu sentimento, quando denunciou o que considera ser uma violação de Estado de Direito, urgindo Costa a arcar com as consequências.

As escolhas de um governo são as escolhas de um Povo. Num momento em que os olhos estão postos em Lisboa, o Governo arriscou e saiu ferido, por muito que negue. Contrariamente ao proferido pelo PM, casos desta envergadura têm, indubitavelmente, relevância política. Como resultado destas peripécias, não só a Procuradoria-Europeia poderá ser uma realidade adiada e fundada em suspeitas, como a Presidência Portuguesa teve o que no atletismo se chama uma falsa partida, cuja penalização esperemos não venha a ser a mesma: a desqualificação, que é como quem diz, a relegação de uma presidência ao plano do descrédito e a banalização de boas metas... assombradas por uma escolha controversa.



Alexei Navalny: O primeiro desafio interno que Putin deve levar a sério?



/ PEDRO TRIGO

Alexei Navalny, investigador anti-corrupção, *youtuber* e, informalmente, o principal opositor político do Kremlin, aka Putin, envenenado, muito provavelmente, a mandato deste último, regressou no dia 17 de janeiro deste ano à sua terra natal, desafiando frontalmente aqueles que o queriam afastar de vez do espectro da política russa. Nesse mesmo dia, Navalny foi preso a pretexto de corrupção e outros crimes, apesar de tal nunca ter sido devidamente fundamentado. No entanto, esta detenção levou a uma onda de protestos como, certamente, há muito o regime de Putin não via ocorrer dentro das suas portas.

Aliás, Putin vê-se, neste momento, confrontado com um dilema cuja solução nunca será benéfica para si. Depois da cobertura feita pelos media internacionais sobre o caso do envenenamento, assim como de uma admissão de culpa gravada por um dos “envenenadores”, há poucas dúvidas entre a comunidade internacional de que Navalny tenha sofrido, de facto, um ataque pessoal sobre ordens do Kremlin. Isto significa que, de momento, o poder destrutivo de um eventual mártiro de Navalny é mais que evidente.



Por outro lado, a libertação do preso político fragilizaria, também, a posição de Putin perante os seus fiéis, que vêm no líder russo a personificação da destreza e força do país. Por agora, manter Navalny preso tem sido do ponto de vista da Realpolitik, a única posição mais segura a que Putin pode recorrer, mas mesmo esta apresenta um prazo. Ou Navalny deixa de ter o tipo de mediatismo que tem conseguido até aqui, ou a onda de revolta continuará a crescer, deixando a atual governação do país com sérios problemas adicionais de imagem e credibilidade.

Aqui, entrancheirados nos problemas do ocidente, é provável que muitos de nós não nos tenhamos ainda apercebido que estes protestos na Rússia têm-se demarcado de muitos do passado, por não se sucederem apenas em bastiões mais liberais daquele país, como Moscovo ou S.Pesteburgo, mas, também, em localidades mais pequenas e até rurais, que, tradicionalmente, se posicionam do lado da visão da democracia musculada de Putin. Em Yakutsk, por exemplo, uma pequena cidade localizada no interior da Sibéria, houve manifestações realizadas com temperaturas de -40 graus Celsius, o que, tendo em conta o rigoroso inverno russo aliado a uma perigosa pandemia, diz muito da vontade de mudança existente, em particular entre as gerações mais jovens.

No passado, Putin teve outros opositores, como Boris Nemtsov, assassinado em 2015 a poucas centenas de metros do Kremlin, mas não me recordo de nenhum que tenha tido, desde que Putin se encontra no poder, o impacto ou mediatismo de Navalny. Olhando para esta onda de revolta, que já leva, quando escrevo, pouco mais de duas semanas, é provavelmente ainda cedo para dizer se vai galvanizar ou não uma mudança estrutural na Rússia. Para já, mantenho-me um pouco cético. No entanto, é indiscutível que estes protestos aparecem numa sequência de outros anti autocráticos, também esses em zonas de interferência direta do Kremlin, sejam os da remoção do Presidente Aleksandr Lukashenko na Bielorrússia, ou os menos conhecidos de apoio ao recentemente preso pelo Kremlin, o governador de Khabarovsk: Sergei Furga.

Não é por isso, apenas, o caso em redor de Navalny que me faz crer em ventos de mudança no extremo Leste europeu, a médio prazo, mas sim o cômputo geral da soma de todos estes acontecimentos num tão curto espaço de tempo. É, aliás, já claro, através das várias entrevistas obtidas nas atuais manifestações, que uma boa parte dos manifestantes dizem ter aproveitado a situação como uma forma de protesto contra o sistema em si, mais do que para a defesa específica a Navalny. Mas não nos iludamos, qualquer tipo de mudança fundamental a verificar-se nesta complicada região do planeta, nunca será aceite de forma leve, e acredito plenamente que Putin estará disposto a usar todos os recursos ao seu alcance, legais ou não legais, para travar qualquer tipo de destituição dos seus atuais poderes; afinal para o mesmo não é apenas a destituição de poder que está em causa, mas a “dstituição” da própria vida e, mais que de tudo, do seu legado.

Nota: Hoje, ao dia em que escrevo, 1/02/2021, cinco mil pessoas foram detidas em protestos na Rússia, 1500 em Moscovo





/ LUÍS MIGUEL SIMAS



/ RITA ROSA E TELMA COSTA

"A Ticket to The Land of (Opport)Unity"

Joe Biden, 46º Presidente eleito dos Estados Unidos da América, tomou posse dia 20 de Janeiro de 2020. Depois de um processo eleitoral bastante conturbado, e após várias insinuações de fraude eleitoral, o novo presidente dos Estados Unidos toma posse. Analisando o discurso proferido por Biden, é-nos possível recolher alguns motes que irão, de certo modo, caracterizar o seu mandato. Em primeiro lugar, Joe Biden começa por anunciar que esta é uma vitória não de um candidato, mas de uma causa: a causa da democracia. Democracia esta que tem vindo a mostrar-se preciosa e ao mesmo tempo frágil, mas que ainda assim triunfa against all odds, através do sistema americano. No entanto, o Presidente admite que esta vitória foi apenas uma batalha da guerra que virá e que pretende ganhar (foco da administração Biden). De seguida, Joe Biden apelou à união, talvez a ideia mais central deste discurso, uma união não só do povo americano, mas da nação americana. Uma união necessária para dar continuidade à história americana, que não depende de um, nem de alguns, mas sim de todos os americanos. Esta união é mais que necessária neste momento difícil, visto que muitos serão os desafios que esta Administração irá enfrentar, tal como o povo americano, sendo que será preciso curar, restaurar, reparar, construir e vencer. É preciso lutar. Lutar por um país que viu a sua população morrer por causa de um vírus que assolou o país, lutar por um povo

que se viu desempregado, sem poupanças, sem meios para sobreviver, lutar contra os movimentos racistas e ouvir o choro da (in)justiça social. Poucos foram as personalidades na história que se viram numa posição tão difícil, ingrata e desafiadora, mas ainda assim, o povo americano tem capacidade de ultrapassar estas adversidades. Joe Biden afirma que o pedido de ajuda vem do próprio planeta em forma de grito desesperado por sobrevivência. É preciso lutar contra a ascensão dos extremismo políticos, da ascensão da supremacia branca face às outras raças, contra o terrorismo doméstico, como o episódio que aconteceu no Capitólio. É preciso enfrentar e derrotar estas forças. É preciso superar estes desafios, para que se possa restaurar a alma, e assegurar o futuro da América enquanto nação. As palavras já não são suficientes, é preciso o fator-chave da democracia, e acima de tudo, a unidade. É de notar, não obstante, as várias invocações que Joe Biden faz ao cristianismo, religião que abraça no seu percurso. Refere-se a Santo Agostinho, o santo da igreja que frequenta, e que escreveu que as pessoas são uma multidão definida pelos objetos comuns do seu amor. Estes objetos para os americanos, e que os define como tal são, segundo Biden, a oportunidade, segurança, liberdade, dignidade, respeito e verdade. Joe Biden usou esta referência a Santo Agostinho para apelar ao dever e responsabilidade dos americanos, como cidadãos, de defender a verdade, honrar e proteger a sua

nação, em conjunto com o Presidente, para que, em união, se possa derrotar a mentira. Biden faz um apelo ao povo americano. Compromete-se, como novo Presidente, a cumprir e fazer cumprir a Constituição, a defender os valores da democracia, a defender a América e consequentemente o seu povo, a tomar todas as suas decisões não em função do seu interesse privado, ou do poder, mas sim em função e em consonância com o interesse público. Compromete-se a ser O Presidente de todos os Americanos. Em contrapartida, invoca o dever de união do seu povo. União esta que ressuscitará a esperança na história americana, para que, com orgulho, possa ser seguida pelas gerações futuras como uma história de sucesso. É preciso que os americanos olhem para o seu futuro como só eles o fazem, voltados para a nação que podem e devem ser. Concluindo, Joe Biden dirige-se também para o exterior, assumindo que os Estados Unidos da América foram sujeitos a um teste de onde saíram ainda mais fortes e empenhados. Afirma que as alianças vão ser reparadas e que se vão conectar novamente com o mundo, abandonando a posição isolacionista defendida e posta em prática pela Administração Trump, de forma a tornarem-se uma potência forte, confiável para manutenção da paz, do progresso e da segurança. Passaram quase 3 semanas desde a tomada de posse de Biden, e muito mudou. O novo Presidente dos Estados Unidos já assinou seis ações executivas decisivas para o seu mandato. O primeiro documento assinado diz respeito à resposta que os EUA darão à crise gerada pela pandemia da Covid-19, sendo que foi estabelecida uma equipa de

coordenadores de resposta à mesma; foimelhorada a recolha de dados para que seja possível coordenar uma resposta equitativa entre aqueles que são e serão os problemas relacionados com a pandemia, e aquelas que poderão vir a ser as crises de saúde pública pós-pandemia. Assina ainda uma taskforce dentro do Departamento de Saúde e Serviços Humanos. Definiu-se um limite à entrada nos EUA de passageiros oriundos de países onde a taxa de incidência da Covid-19 é maior, tais como o Brasil, a África do Sul, e algumas partes da Europa.

Este primeiro documento teve como principal objetivo assegurar a melhor distribuição possível de material de proteção individual, nomeadamente testes e vacinas, para que se possa conter a propagação do vírus, procurando igualmente diminuir os impactos que esta crise de saúde pública está a ter nas comunidades negras, de modo a conseguir diminuir as disparidades sentidas. Em segundo lugar, é assinado o documento que estabelece a assistência e apoio que os EUA darão em resposta à pandemia da Covid-19, e que tem como principais objetivos ajudar as comunidades locais a abrigar sem-abrigo, ajudar as agências responsáveis a usar os dados da melhor forma possível, e coordenar o stock de todo o material essencial no combate à pandemia (desde material de proteção individual até aos testes PCR e vacinas). Esta assistência prende-se, também, com o apoio à investigação e à ajuda por parte do governo federal às áreas locais mais afetadas pelo vírus, assim como a criação de um Covid testing board com o intuito de expandir a capacidade de testagem.



De seguida, Biden assinou um documento que protege os trabalhadores, decretando o uso obrigatório de máscaras nos meios de transporte doméstico. Autorizou ainda o teletrabalho para trabalhadores federais. O tema da imigração também foi um dos privilegiados pela Administração Biden (tema este bastante controverso durante a Administração Trump). Foi por isso decretada a reunificação de famílias separadas na fronteiras dos Estados Unidos com o México, criando-se uma taskforce responsável por este processo. Foi também pedida uma revisão nas políticas de imigração estabelecidas pelo ex-Presidente Donald Trump em torno do aumento da migração da América Central, bem como uma revisão do processo legal de imigração para os EUA, de forma ao acesso a vistos de estudante ser mais fácil para estudantes internacionais. Por fim, foi ordenado o fim da construção do Muro na fronteira com o México, que tinha sido autorizada aquando da presidência de Donald Trump. Em relação ao Ambiente, os EUA voltaram a aderir ao Acordo Climático de Paris, bem como a reversão de uma série de políticas ambientais que tinham sido abandonadas no mandato anterior. Por fim, foram tomadas algumas decisões no que diz respeito aos direitos civis, direitos da comunidade LGBTQ+, com a sua proteção em termos de discriminação sexual, e a reversão da ordem que proíbe transexuais no serviço militar, entre outros. Não obstante, Joe Biden promove ainda o fim do apoio dos EUA à ofensiva liderada pelos sauditas no Iémen, bem como o fim da partilha dos relatórios dos Serviços Secretos americanos.

Posto isto, é seguro afirmar que o Presidente Joe Biden começou as primeiras semanas do seu mandato melhor do que terminou a Administração Trump, embora já se sintam algumas tensões entre os republicanos. Resta-nos, então, esperar para ver como irá o novo Presidente encarar este desafio

Após a tomada de posse de Joe Biden, Kamala Harris apela à união de todos os norte-americanos, citando John Lewis ao afirmar que "A democracia não é um estado. É um ato".

Kamala Devi Harris, nasce a 20 de Outubro de 1964 em Oakland (Califórnia), é uma advogada e política norte-americana, serve atualmente como 49.º vice-presidente dos Estados Unidos. Filiada ao Partido Democrata, foi Senadora dos Estados Unidos pela Califórnia de 2017 a 2021, e Procuradora-Geral da Califórnia de 2011 a 2017, tendo sido a primeira mulher Procuradora-Geral do Estado. Foi, ainda, a primeira Senadora e Vice Presidente de origem indiana e afro-americana. Filha de uma indiana e de um jamaicano, Harris graduou-se com um bachelor em artes pela Universidade Howard e em Direito pela Faculdade de Direito Hastings da Universidade da Califórnia.



FONTE: CANVA

Nos anos 90, trabalhou no escritório do Procurador-Geral do distrito e da cidade de São Francisco. Em 2004, foi eleita Procuradora-Geral de São Francisco. Harris foi eleita Procuradora-Geral da Califórnia em 2010, sendo reeleita em 2014. Em 2016, foi eleita Senadora pela Califórnia, mantendo no Senado uma postura crítica em relação ao governo Trump e sendo, rotineiramente, mencionada como uma potencial candidata à nomeação democrata para a eleição presidencial de 2020. Em janeiro de 2019, formalizou a sua candidatura à presidência, porém encerrou a sua campanha em Dezembro do mesmo ano. Em agosto de 2020, foi escolhida por Joe Biden como parceira e, em Novembro, derrotaram Trump e Mike Pence. Tomou posse como Vice-Presidente a 20 de Janeiro de 2021. No seu primeiro discurso, ao serviço da Casa Branca, revela-se otimista relativamente à crise política, económica e social que se tem vivido nos últimos tempos.

Exalta as qualidades de Joe Biden e demonstra grande entusiasmo, bem como altas expectativas face aquilo que poderão vir a alcançar juntos. Harris estabelece, também, uma ligação com o povo americano, fazendo alusão àquilo que este é capaz de fazer, "não só sonhar, mas concretizar". No seu discurso observa-se um tom inspirador e esperançoso, o que foi fundamental para trazer alguma "luz", depois de tanta "escuridão". Demonstra o seu entusiasmo e gratidão por ser a primeira Vice-Presidente mulher e negra, o que revela um ponto de viragem e mudança, confessando até a sua expectativa futura de não ser a última. Kamala Harris expressa, assim, determinação, falando em justiça, igualdade e inovação, e no final do seu discurso revela que é por isso mesmo que Joe Biden lutou e vai lutar. Apela aos americanos a coragem de ver para além da crise, de fazer o que é difícil, de fazer o que é bom, de se unirem, de acreditarem neles próprios, de acreditarem no seu país, de acreditarem no que podem fazer juntos Assim, termina o seu discurso com uma visão humanitária, inovadora, de melhoria, de união, de igualdade, de justiça e de determinação, algo que no mandato anterior não terá sido concretizado.

A Administração Biden apresenta-se com um discurso previsível. E aquilo que conseguimos prever parece aborrecido. Mas é fundamental percebermos que o inesperado, a revolução, o sangue pelo qual ansiamos, em resposta a à gota de caos que temos dentro de nós não deve ser alimentada.

Muitos analistas apelidaram o discurso inaugural de Biden de "expectável", ou até "aborrecido". Acontece que essa previsibilidade só se torna característica porque o período anterior foi de impulsividade, desrespeito pelas normas e acordos vigentes (nacionais e internacionais). É nessa previsibilidade que se fundam as relações entre os cidadãos e as Instituições; e dos Estados, entre si.

O aborrecimento é um contraste com um passado recente que, levado à letra, só pode significar, no agora, um "regresso à normalidade" (expressão recorrente nos tempos últimos).

"MANY CENTURIES AGO, SAINT AUGUSTINE, A SAINT IN MY CHURCH, WROTE THAT A PEOPLE WAS A MULTITUDE DEFINED BY THE COMMON OBJECTS OF THEIR LOVE, DEFINED BY THE COMMON OBJECTS OF THEIR LOVE"



FONTE: VOTE SAVE AMERICA

O mais seguro, o mais sensato e mais estabilizador é hoje aborrecido. Outrora desejado, por quem conheceu os riscos das decisões imprevisíveis ao mais alto nível das Chefias de Estado. É também esta previsibilidade que nos permite confiar.

Em particular, hoje, é o que nos assegura a restauração dessa mesma confiança que andava perdida em *tweets* e delírios vagos. Oferece-nos paz (se não *de facto*, de espírito, pelo menos) e devolve a luz ao farol universal que os Estados Unidos da América foram, e devem continuar a ser. Um mediador. Um mediador de sonhos, até, se quisermos. Face a isto, os Americanos e os Estados do Mundo voltam a ter matéria para acreditar nas palavras e nos actos de quem conduz os destinos do destino onde muitos se dirigiram, à procura de realizar os seus sonhos.

Os Estados Unidos liderarão, não pelo exemplo da força, mas pela força do exemplo", repetindo para si, as vezes que forem necessárias que a verdade é a chave para o sucesso, e que a realidade deve ser verdadeira em si mesma. Os dias que ainda guardamos na memória foram surreais, nos últimos 4 anos. Bem que podemos (e devemos) usar, agora, de um banho de realidade.

Mais! Esta união de que falam Biden e Harris nunca foi uma fantasia, nem nunca foi distópica, mas é a tentativa de prossecução de cenários distópicos que nos leva ao estado de desunião, e consequente polarização. Não é por acaso que alguns "dividem para reinar". Na *land of the free, home of the brave*, quem reina, por natureza do sistema de *Rule of Law*, são as Instituições, não os homens. Assim sendo, quando um homem, nesta Terra, deseja reinar, não tem outra opção que não a da segregação.

Não havendo, então, espaço para reinar, não dividamos. Devemos deixar que operem as instituições (e as caras que se lhes apoiam o leme). Que reinem todos, unidos no pluralismo, na diversidade, naturalmente, sem planeamentos nem engenharias sociopolíticas. Não é que unidos sejamos mais fortes, mas somos mais humanos. Na realidade é a desumanidade da desunião que nos torna fracos. Faz de nós meros números pertencentes a uma facção, onde a barricada substitui o rosto individual que tínhamos antes da segregação.

Para terminar, Biden diz que "unidos podemos lutar contra os extremismos, podemos derrotar a pandemia". Mas enquanto que a pandemia tem uma "força própria" (a do agente patogénico que se propaga), os extremismos não têm. Têm a força que lhes damos ou que permitimos que tenham. Por esse motivo, mesmo em tempo de "guerra", nunca devem ser descurados, enquanto frente de batalha, sob pena de deixarmos expostas as fundações do mundo ocidental., como o conhecemos.



/ MARIA HELENA
SEQUEIRA

Terra do Mundo e de Ninguém

Após a primeira guerra mundial, França iniciou a administração dos vários mandatos que lhe foram concedidos sob a égide da Sociedade das Nações. Uma das regiões que recaiu sob o seu controlo localizava-se a Norte do antigo Império Otomano; a qual, então denominada Síria, apenas atingiu a sua independência em 1946. Naturalmente, a curta história de auto-administração e livre governação fez crescer as dificuldades para este recente estado, onde a instabilidade governava. Foi, portanto, assim que, anos após a sua independência, em 1967, como consequência da guerra israelo-árabe, a Síria perdeu a região dos Montes Colã para Israel: situação que, naturalmente, tornou mais turbulentas as relações entre os dois estados.

No decorrer da confusão dos primeiros anos, Hafez al-Assad, um membro do partido socialista, organizou um golpe de estado e tomou o poder sírio, em 1970. Apesar da inicial instabilidade que caracterizou o início da sua governação, o novo presidente foi capaz de inaugurar uma época de relativa estabilidade para o recente país. Após a sua morte, um referendo popular aprovou o seu filho como legítimo chefe de estado, em Julho de 2000: Bashar al-Assad, um profissional de medicina, residente em Inglaterra, foi assim chamado para tomar as rédeas da chefia do país; e, em Maio de 2007, o seu segundo mandato foi, mais uma vez, aprovado por referendo popular. Ainda assim, quatro anos após a aprovação popular, a relativa tranquilidade cedeu lugar a uma drástica guerra civil, que até aos dias de hoje, assombra as vidas de milhões de cidadãos sírios. Por pouco tempo, as manifestações pacíficas e pró-democráticas que cobriam o Médio Oriente com as cores da esperança de

um, talvez não tão distante, futuro mais livre, pareciam significar o despertar de um mundo novo. Porém, rapidamente nas televisões dos cidadãos do mundo a esperança despe-se das suas cores.

O conflito alastrou as suas consequências por todo o globo. Refugiados inocentes escapam do seu país, com a esperança de encontrar um local onde se torne possível viver tranquilamente; agarrando-se ao sonho de, um dia, retornar à Síria onde nasceram. Esta crise humanitária encontra-se fortemente dependente da solidariedade do mundo, principalmente do continente europeu, onde tantos sírios e demais afetados se refugiam, e, portanto, discussões políticas e morais que debatem a responsabilidade social, obviamente mais pesada para alguns, ganham um espaço de relevo na política internacional. Por várias razões, o conflito sírio recebeu uma inimaginável cobertura mediática por todo o mundo. Atentos espectadores têm, assim, despido o conflito das suas várias camadas, dentro das quais se denota a sua internacionalização. Na verdade, são vários os atores internacionais que têm procurado assegurar os seus interesses no decorrer da guerra civil, tomando partido das forças que consideram mais favoráveis aos seus propósitos. No entanto, especial atenção deve recair sobre as forças internacionais que, de uma forma ou outra, têm energicamente vindo a contribuir para a definição do rumo do conflito: o Irão, a Turquia, a Rússia, Israel e a Coligação Internacional, liderada pelos EUA.

Irão

Desde a Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, o Irão tem-se revelado um importante aliado para o Estado Sírio, mas, a partir do momento em que o conflito ganha força, a aliança demonstra ter uma importância acrescida e materializa-se na exportação de armas e de forças militares, que incluem várias tropas do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica. O apoio, porém, estende-se, e o governo iraniano não tem cessado esforços para a formação de milícias pró-governamentais, essenciais para o engrandecimento das forças de Bashar al-Assad. As medidas desenvolvidas pelo Irão têm

sido, no entanto, interpretadas pelos EUA como sendo parte constituinte de um plano superior às suas atuações. O objetivo seria o de estender a sua influência no país já débil e, de uma forma generalizada, por todo o Médio Oriente. Tal interpretação define como propósito primordial o estabelecimento de uma superioridade relativamente a Israel, com quem o Irão estabelece uma relação de adversidade desde a revolução de 1979. Também o Conselho da Europa apresenta uma relativa afeição a tal interpretação, acrescentando a possibilidade de um propósito de criação de um ambiente parecido àquele que se tem vindo a desenvolver no Líbano e no Iraque. Tal significaria o propósito de uma Síria governada por um estado fraco, altamente dependente de atores não estaduais; o que permitiria, naturalmente, a preservação de uma relativa estabilidade, no entanto, não suficiente para que o país fosse capaz de se afirmar a nível internacional, pondo em risco os interesses do seu aliado.

Coligação Internacional, liderada pelos EUA

A coligação liderada pelos EUA foi criada em 2014, com o objetivo primordial de combater o Daesh. Apesar do Estado sírio não ter consentido a atuação da coligação no seu território, esta tem sido muito ativa na região, desde a sua criação, o que, naturalmente, se tem tornado um foco de conflito entre as forças adversárias. Os EUA encontraram um aliado nas Forças Democráticas Sírias, um grupo armado constituído por Curdos e outros pequenos grupos étnicos. Esta nova aliança levou ao desenvolvimento de um diferente desafio para os EUA, resultante do escalar de tensões entre os mesmos e a Turquia. Tal porque, o Estado Turco interpreta as Forças Democráticas Sírias como sendo uma manifestação de organizações terroristas muito presentes no seu território: como estas organizações parecem representar um grave risco para a manutenção da segurança do seu Estado, a Turquia considera a nova aliança uma direta afronta por parte dos EUA.

Durante o decorrer da sua administração, Donald Trump demonstrou intenções de reduzir a presença das forças americanas no conflito; portanto, como consequência de tal afirmação, vários programas dirigidos pelos EUA foram cancelados e a retirada das tropas americanas foi anunciada. Mas as novidades não cessaram com o espanto inicial: o antigo presidente norte americano parecia revelar um interesse em aliviar as pressões que

caracterizavam as relações do seu país com a Turquia, e não se fica pelas intenções: em 2019, as tropas americanas iniciaram a sua retirada do norte da Síria, principalmente das regiões próximas das fronteiras turcas. Para os espectadores mais atentos, esta decisão pouco parece independente do propósito turco de lançar uma ofensiva militar no Norte do território, dirigida contra as Forças Democráticas. No entanto, ainda que tal interpretação não se encontre longe da razão, as autoridades norte-americanas afirmaram não ter interesse em tomar parte da ofensiva, visto que o seu propósito inicial havia sido atingido no momento em que as forças do Daesh foram derrotadas no local.

Porém, a intenção inicial de Donald Trump parece ter seguido uma direção diferente quando, no mesmo frenético ano de 2019, representantes norte-americanos revelaram a decisão do então presidente em manter algumas das suas tropas na região Este do país, visando combater a presença do Estado Islâmico e de assegurar que o governo sírio e a Rússia, seu aliado, não tomavam posse das reservas de petróleo presentes na região.

Turquia

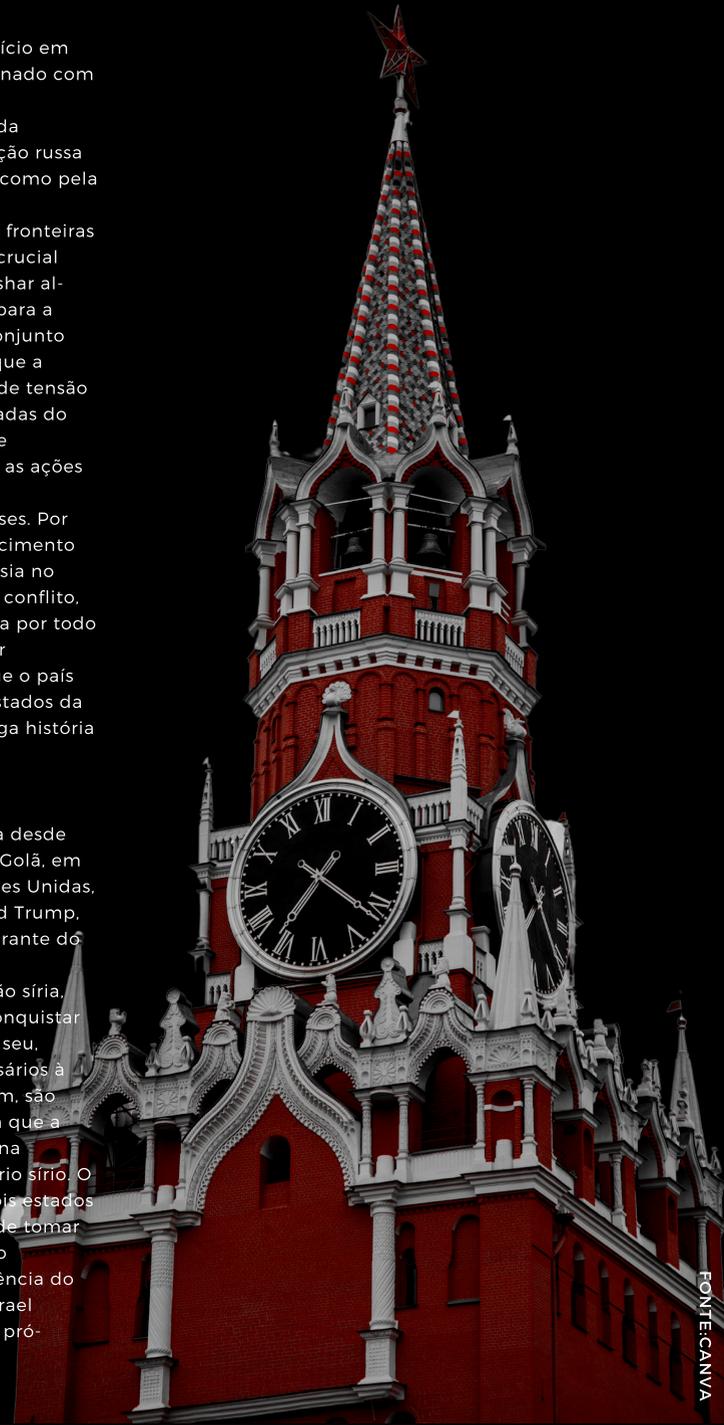
No começo da sua participação no conflito, a Turquia apoiava os fervorosos grupos anti-governamentais. Hoje, o desenho da sua participação apresenta um outro relevo: apesar de continuar a defender a retirada de Assad do governo sírio, o Estado Turco tem vindo a desenvolver fortes relações com o Irão e com a Rússia, ambos apoiantes do governo de Bashar al-Assad. Na verdade, o grande propósito da sua intervenção na guerra civil é a eliminação da possibilidade de criação de uma região autónoma no Norte sírio, onde as atividades das Unidades de Proteção Popular, principal força armada das Forças Democráticas Sírias, se destacam. Como já descrito, o Estado Turco interpreta o movimento enquanto expressão de organizações terroristas e, como tal, pretende prevenir qualquer extensão das suas influências no país vizinho. Foi assim que o seu propósito deu origem à formação da Operação Ramo de Oliveira, que iniciou os seus esforços no Nordeste sírio, onde não encontrou qualquer oposição norte-americana. A ofensiva termina com a assinatura de um acordo entre a Turquia e a Rússia, no qual se explicita o apoio sírio e russo na eliminação das milícias curdas em várias outras regiões do país.

Rússia

A intervenção russa no conflito teve início em 2015, consequência de um acordo assinado com o Estado Sírio. A materialização de tal documento desenvolver-se-ia através da permissão de estacionamento de aviação russa no território do país em conflito, bem como pela imunização de qualquer infração cometida pelas suas forças dentro das fronteiras sírias. Desde então, a Rússia tem sido crucial para a manutenção do governo de Bashar al-Assad, focando-se em reunir esforços para a integração de pequenas milícias no conjunto das Forças Armadas Sírias. À medida que a influência russa cresce, um ambiente de tensão ganha expressão dentro das forças aliadas do governo sírio. Na corrida por espaço de afirmação, a Rússia e o Irão dificultam as ações das Forças Armadas Sírias, que estão dependentes do apoio destes dois países. Por todo o Mundo, entende-se que o crescimento da sua atuação na região coloca a Rússia no pódio dos mais importantes atores do conflito, através do qual estende a sua presença por todo o Médio Oriente. Tal análise poderá ser justificada pelos contínuos acordos que o país tem vindo a desenvolver com vários estados da região; alguns dos quais com uma longa história de afiliação aos EUA.

Israel

O conflito entre a Síria e Israel perdura desde 1948. Apesar da anexação dos Montes Golã, em 1981, não ter sido aprovada pelas Nações Unidas, o cessante Presidente dos EUA, Donald Trump, reconheceu a região como parte integrante do Estado Israelita, em 2019, o que, inevitavelmente, incentivou uma reação síria, que se afirmou determinada para reconquistar aquele que considera, legitimamente, seu, independentemente dos meios necessários à realização de tal propósito. Ainda assim, são vários os especialistas que consideram que a grande preocupação de Israel se foca na crescente presença iraniana no território sírio. O agravamento das ameaças entre os dois estados levou Israel a declarar a sua intenção de tomar as medidas necessárias para prevenir o engrandecimento da presença e influência do Irão na Síria e, como tal, desde 2011, Israel coordenou vários ataques sobre bases pró-governamentais.



Algumas conclusões

Importa considerar a dificuldade inerente à interpretação dos propósitos de atores internacionais. Como a História provou e continua a provar, o papel desempenhado pelos mais variados estados e seus líderes resulta de uma conjugação de fatores inter-dependentes e variáveis. Ainda assim, e porque o conflito tem já 9 anos de História, não deixa de ser possível identificar tendências na atuação dos vários atores, afiliações entre os mesmos e quais os mais importantes propósitos que se escondem por detrás das suas pouco claras intenções. No início do conflito, a participação iraniana parecia plausivelmente relacionada com a longa aliança que ligava os dois países. Naturalmente, o desconhecido futuro criado pelos protestos que marcavam as ruas sírias, facilmente criaria uma difícil situação para qualquer país intimamente ligado àquele que onde tal realidade existe, já que a potencial instabilidade e radical mudança colocariam em risco os variados setores organizados de uma forma interdependente. Ainda assim, à medida que o conflito engrandece e se complica, o propósito iraniano parece revelar-se mais profundo.

No que concerne aos EUA, a força que lidera a Coligação Internacional e o propósito proclamado de luta contra as forças do Daesh, em nome dos direitos e liberdades dos civis sírios, parece poder considerar-se como compreensível justificação para a participação no conflito. Contudo, várias foram as atuações lideradas pelos EUA que levaram a sociedade internacional a pôr em causa tão nobre sonho. No momento em que o cessante Presidente, Donald Trump, ordenou a retirada das suas tropas, fê-lo, primeiramente, nas regiões que permitiriam a facilitada entrada da Turquia no território sírio, que pretendia combater as forças que, por vários anos, os EUA tinham apoiado. O mesmo pode ser dito relativamente à decisão da manutenção de várias tropas nas regiões ricas de recursos minerais cruciais, de forma a impedir o acesso Russo e Sírio aos tesouros que procuravam proteger. A morte de vários civis nas mãos da coligação colocaram em questão, mais uma vez, a legitimidade desta participação, que se tem demonstrado fortemente caracterizada por uma estratégia imoral.

As ações turcas no decorrer do conflito parecem ser de mais fácil interpretação. A população curda, espalhada por todo o Médio Oriente, por vários anos, tem vindo a reivindicar a aceitação da sua cultura por parte do Estado Turco que tem constantemente forçado a assimilação dos costumes e modos de vida do seu território, recusando o reconhecimento da identidade desta minoria. O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem vindo a crescer em força e tem constituído, por isso, uma ameaça a líderes resulta de uma conjugação de fatores inter-dependentes e variáveis. Ainda assim, e porque o conflito tem já 9 anos de História, não deixa de ser possível identificar tendências na atuação dos vários atores, afiliações entre os mesmos e quais os mais importantes propósitos que se escondem por detrás das suas pouco claras intenções. No início do conflito, a participação iraniana parecia plausivelmente relacionada com a longa aliança que ligava os dois países. Naturalmente, o desconhecido futuro criado pelos protestos que marcavam as ruas sírias, facilmente criaria uma difícil situação para qualquer país intimamente ligado àquele que onde tal realidade existe, já que a potencial instabilidade e radical mudança colocariam em risco os variados setores organizados de uma forma interdependente. Ainda assim, à medida que o conflito engrandece e se complica, o propósito iraniano parece revelar-se mais profundo.



FONTE: CANVA

No que concerne aos EUA, a força que lidera a Coligação Internacional e o propósito proclamado de luta contra as forças do Daesh, em nome dos direitos e liberdades dos civis sírios, parece poder considerar-se como compreensível justificação para a participação no conflito. Contudo, várias foram as atuações lideradas pelos EUA que levaram a sociedade internacional a pôr em causa tão nobre sonho. No momento em que o cessante Presidente, Donald Trump, ordenou a retirada das suas tropas, fê-lo, primeiramente, nas regiões que permitiriam a facilitada entrada da Turquia no território sírio, que pretendia combater as forças que, por vários anos, os EUA tinham apoiado. O mesmo pode ser dito relativamente à decisão da manutenção de várias tropas nas regiões ricas de recursos minerais cruciais, de forma a impedir o acesso Russo e Sírio aos tesouros que procuravam proteger. A morte de vários civis nas mãos da coligação colocaram em questão, mais uma vez, a legitimidade desta participação, que se tem demonstrado fortemente caracterizada por uma estratégia imoral.

As ações turcas no decorrer do conflito parecem ser de mais fácil interpretação. A população curda, espalhada por todo o Médio Oriente, por vários anos, tem vindo a reivindicar a aceitação da sua cultura por parte do Estado Turco que tem constantemente forçado a assimilação dos costumes e modos de vida do seu território, recusando o reconhecimento da identidade desta minoria. O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem vindo a crescer em força e tem constituído, por isso, uma ameaça a

"O CONFLITO ENTRE ISRAEL E O IRÃO PERDURA PELO TEMPO, E AS TENSÕES ENTRE ESTES DOIS PAÍSES CONTINUAM A CARACTERIZAR O CENÁRIO DIPLOMÁTICO DE TODA A REGIÃO. A PARTICIPAÇÃO IRANIANA, NATURALMENTE, COLOCOU ISRAEL NUMA POSIÇÃO DE ACRESCIDA VULNERABILIDADE,"

FORNTE:CANVA



todos aqueles que pretendem denegrir os direitos e liberdades da população curda. Com o apoio dos EUA, as Forças Democráticas Sírias tornaram-se mais fortes e a sua atividade, principalmente importante nas regiões próximas das fronteiras turcas, especialmente temida. Desta forma, as ofensas lideradas pela Turquia representaram um ato resultante do medo da possibilidade de um inimigo mais forte e influente. Pelo contrário, o propósito Russo prende-se fortemente com a vontade do desenvolvimento de uma ligação fortificada com o Estado Sírio, a qual permitiria a realização do alargamento da sua influência. Importa não esquecer que várias companhias petrolíferas russas investiram grandemente no desenvolvimento de gasodutos e em processos de exploração na região; a queda do regime de Assad poderia significar o término destas atividades, altamente benéficas para a economia russa e das quais, esta depende fortemente. O conflito entre Israel e o Irão perdura pelo tempo, e as tensões entre estes dois países continuam a caracterizar o cenário diplomático de toda a região. A participação iraniana, naturalmente, colocou Israel numa posição de acrescida vulnerabilidade, principalmente com o crescimento exponencial da influência deste mesmo estado. Desta forma, com o objetivo de assegurar a sua própria segurança, Israel considerou crucial a sua participação na guerra civil, de um estado que não é o seu, de forma a levar a cabo um conjunto de planos e atuações que permitiriam assegurar os seus interesses na região e a sua integridade enquanto Estado.

Importa, acima de tudo, entender que a complexidade das características sociais e étnicas, económicas e naturais que constituem a Síria têm vindo a definir a progressão das decisões e atuações que traçam as linhas curvas deste conflito pouco compreendido. Apesar do rumo do conflito poder tomar as mais variadas direções, por agora, nenhuma delas parece conduzir o país a uma paz próxima. A única certeza é a de que as suas consequências continuarão a espalhar-se por todo o mundo, sob a forma de rostos, não tão diferentes dos nossos.



O papel do Conservadorismo no Mundo Moderno

/ SALVADOR SACADURA

As cabeças coroadas rolaram, a multidão gritou "vivas", os arautos do progresso aclamaram vitória e implementaram uma república sem reis, sem senhores e sem Deus, onde todos os homens seriam reis e o único credo seria a Razão. Ora, se todos os homens se tinham tornado reis, todas as cabeças (e mais algumas) haveriam de perder o seu corpo. Os arautos do progresso passaram a defensores do terror. E o caos foi o único novo deus que o povo francês conheceu, a partir daquele ano de 1789. Do outro lado do Canal de La Mancha, um político irlandês, 'member of parliament', solitário no meio do regozijo desenfreado da sua facção política (os Whig), escreve sobre a tragédia que tinha caído sob Paris e que se viria a propagar por toda a França e por conseguinte por toda a Europa. A sua carta, "Reflections on the Revolution in France", seria recebida entre o pasmo e o cepticismo dos seus colegas de partido, que viam na Revolução um meio para chegar ao Eden. O político céptico autor desta carta, Edmund Burke, previu que a substituição das velhas instituições francesas por novas nunca dantes experimentadas, iria conduzir a nação dos Bourbons à instabilidade total. De acordo com o mesmo, a tentativa total de apagamento da religião católica, iria colocar em causa os laços sociais do povo francês construídos ao longo de séculos sob as fundações mais básicas dos valores cristãos

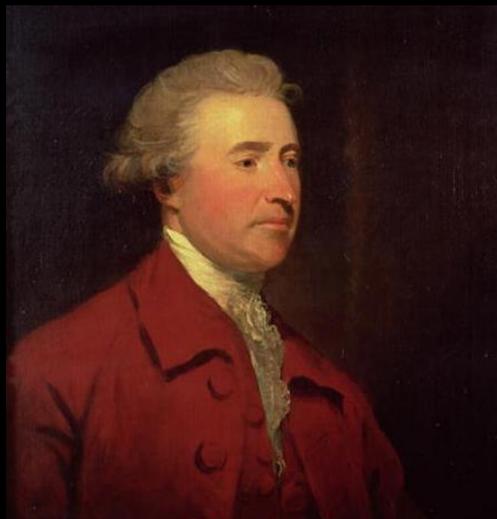
mais básicas dos valores cristãos. A politização total daquilo que era meramente civil e familiar, era sinónimo de 'guilhotinização' de todo o que não era do agrado a Robespierre, um dos grandes mentores da Revolução Francesa. Note-se que este "tirano das luzes" acabou por ser ele próprio uma vítima das paixões revolucionárias. Burke previu que só um homem firme, com capacidades extraordinárias e com apetites autoritários, seria capaz de restaurar algo que se assemelhasse à grandeza que o povo francês conhecera noutro tempo. Burke não viveu para ver a sua previsão tornar-se numa realidade com a chegada ao poder de Napoleão Bonaparte.

Quase dois séculos depois, em Paris também, no final da década de 1960 do século XX, um movimento estudantil reivindicativo da igualdade radical, do progresso a todo o custo e admirador dos modelos socio-económicos praticados na China maoísta, revolta-se contra o 'status quo' do Presidente Charles DeGaulle. 'Status Quo' esse que noutros tempos era nada mais nada menos, que a Resistência contra o 'status quo' nazi. <<A ingratidão realmente não conhece limites.>> Esta juventude não tinha a paixão regida pelos anseios idealistas na procura de um mundo melhor. Esta juventude, instigada à revolta por Jean-Paul Satre e pela sua companheira Simone Beauvoir, era dominada pelo ressentimento alheio, uma repulsa pela casa, pela pátria, dadas as consequências das ações lamentáveis do exército francês na Argélia. A sua revolta era catalisada por um discurso político violento que incentivava os estudantes parisienses a cometerem actos de vandalismo bacoco. No meio deste caos, um estudante britânico residente em Paris, observa e testemunha sobre estes acontecimentos. O aspirante a filósofo estético vê na beleza e na ordem o equilíbrio pelo qual todos os homens anseiam. Porém, fica confuso quando testemunha um desvio dessa procura como aquele que estava a acontecer no Maio de 68. Falamos em Roger Scruton. Scruton encontra nos escritos de Edmund Burke, "Reflections on the Revolution in France" uma luz no meio da escuridão. Encontra nesta disposição céptica à revolução, não um manual de instruções, mas uma série de conselhos que podem ensinar qualquer político a navegar nas águas tempestuosas e caóticas das revoluções. Scruton e Burke, entenderam que os cabecilhas das revoluções procuram maquiilhar o ressentimento e a revolta com apelos ao heroísmo revolucionário, com grandes proclamações colectivistas de amor à classe, aos ideais e à cartilha. Mas aquilo que realmente move o revolucionário a agir é o ódio e o ressentimento.

Burke e Scruton não são grandes inventores do pensamento conservador, são antes, os grandes descobridores da disposição conservadora. O conservadorismo sempre existiu enquanto disposição política. A consciência e o estudo dessa disposição surge quando se reagiu contra os vícios do Iluminismo. Não é uma ideologia como as outras. Quanto muito, é a "anti-ideologia", ao passo que as ideologias são programáticas, o conservadorismo goza de adaptabilidade. Não tem 'país' que produziram cartilhas, tem antes referências que se limitaram a analisar o mundo à sua volta em momentos de ameaça, reagindo à turbulência que os atormentava. O conservadorismo trata-se de um apelo constante à ordem; A preferência do certo ao incerto; A noção de imperfeição humana. O seu método não se encarregou de criar um pensamento com todas as soluções políticas para a humanidade, apenas se encarregou, através de olho crítico, de descrever sobre aqueles acontecimentos concretos, expondo os vícios do caos, pedindo Paz. Os seus escritos não são para serem levados como máximas, são apenas apelos à prudência e à reforma. O conservador não lê as "Refelctions" como um socialista lê o "Das Kapital" de Karl Marx, ou um liberal a "Riqueza das Nações" de Adam Smith. Esses dois livros tratam-se de manuais. Procuram oferecer as soluções mais certas e duradouras para a humanidade, apesar desta se encontrar em constantes mudanças, avanços e recuos. Enquanto que Marx se preocupou em transformar a sociedade, o conservador sempre fez propostas mais humildes. O conservador, cheio de noção da sua pequenez, apenas vai querer tomar conta de casa. Para o conservador, o Ser-Humano é demasiado imperfeito para melhorar a sociedade como um todo. A preocupação do conservador está em melhorar-se, individualmente, num espaço político que preserve este seu modo de vida livre. Este espaço que deve ser defendido pode ser o seu lar, o seu bairro, a sua autarquia, ou seu país. O importante é que sejamos fiéis a esta terra que nos permite ser quem somos. Aquilo a que Scruton denominava de "oikophilia".

Os conservadores estão unidos por este sentimento de "oikophilia", dizia Scruton. Traduz-se do grego para "amor ao lar". Se o conservador procura defender o que ama, vai preservar o que ama. Nesse sentido, Scruton, enquanto um dos maiores analistas do pensamento político conservador, foi inovador em identificar o amor enquanto principal motor da acção política conservadora. Já lá iremos,

Mas o conservadorismo, parece fazer cada vez menos sentido num Mundo globalizado, cada vez mais progressista, cada vez mais menor. De repente, com este avanço sem precedentes nas comunicações, marcado pela Revolução Digital, o Mundo parece um lugar demasiado pequeno para não se ser cosmopolita.



FORTE: HISTORY CHANNEL

O Mundo encolheu e as nações deixaram de fazer sentido. Assim parece, para quem tenha a arrogância de achar que chegámos ao "pico da História". O Mundo está em mudança constante. As pessoas estão mais felizes, mas também estão mais ansiosas. O debate político está cada vez mais polarizado. As instituições democráticas estão a ser postas à prova no Mundo Ocidental. Momentos como o assalto ao Capitólio em Washington vão marcar os anseios da nossa geração por anos vindouros. A pandemia do coronavírus obrigou-nos a repensar o nosso modo de vida, mais do que repensar, a ter um novo modo de vida! A emergência de estados autoritários que jogam e sabem jogar o jogo da globalização, deixa a opinião pública em alvoroço. A globalização, apesar de extremamente benéfica, deixou milhões de pessoas no esquecimento, que viram no populismo e na retórica simplificadora uma resposta aos seus anseios. O planeta paga caro com a nossa indiferença. Posto isto: uns defendem que precisamos de entrar numa nova era de pós-capitalismo. Dizem que o Mercado falhou, as instituições democráticas devem ser revistas e repensadas. Uns dirão que é tempo de fechar fronteiras. Interromper a globalização, ou mesmo cancelá-la.

Uns dirão que precisamos de mais mercado do que nunca e que o estado falha em responder a tudo. E no meio deste caos e desta desordem, onde se situa o conservador? Como é que ele reage a este Mundo em constante movimento? Perante um debate insaciável onde se discute cada vez mais o impossível, o conservador vai propor abrandamento. Seja ao nível da política, seja ao nível dos direitos sociais, seja ao nível do consumo. O conservador deve fazer aquilo que os conservadores sempre fizeram em tempos de turbulência: pedir "acalmação".

A Democracia-Liberal está em crise profunda no Mundo Ocidental. No entanto, é este o regime que melhor protege o nosso modo de vida e a nossa cultura, assento nos valores judaico-cristãos. Num tempo em que uns preferem repensá-la completamente e outros querem acabar com ela, o conservador porque a estima, vai querer apenas reformá-la. Questionar o que está mal, atender à crise de valores, ao politicamente correcto, encontrar as falhas de representatividade do povo, e através de medidas localizadas corrigir o que está mal. Sem lirismos, utopias ou ilusões.

O conservador não procura soluções radicais para os problemas mundanos. O conservador não tem em sua posse a varinha mágica que irá transformar tudo e todos. O conservador vê na Tradição as linhas mestras por onde se guiar, tem na Liberdade um carinho especial e vê na Pátria e na construção espontânea da mesma, a melhor proposta para a manutenção dos laços sociais que nos regem enquanto indivíduos.

Os outros herdeiros das convulsões políticas do Iluminismo, socialistas e liberais, tendem a rotular os conservadores como aqueles que evitam a mudança. Acabam por ser considerados "retrógrados". Mas diz-nos a experiência que aquele que tem a disposição conservadora é quem vê além. Pode não ser evidente à partida. Mas o que é preservar o que nos foi deixado pelos nossos pais para deixar aqueles que ainda estão por nascer, se não pensar além? Manter os bens para que os possamos usar no futuro. Um retrógrado também tenta manter os seus bens, mas fá-lo de forma incorrecta e degenerada. Um retrógrado deixa o seu lar apodrecer. Recusa acreditar que algo está mal. Um retrógrado está pouco ou nada preocupado com as fundações da casa. Quanto ao revolucionário está ansioso por destruir tudo o que se encontra na sua frente para fazer um "novo imaginário". E vai destruir constantemente, porque o seu ressentimento impede-o de estar satisfeito. O conservador vai estimar, polir, cuidar, tratar, amar.

Nas aulas da cadeira optativa que tive com o maior discípulo português de Roger Scruton, o Prof. João Pereira Coutinho, aprendemos que o valor supremo de um socialista é a Igualdade, de um liberal a Liberdade e o conservador não tinha a acção política vocacionada para nenhum bem-supremo sendo na sua natureza um situacionista que se adapta sem esquecer o valor da Tradição e dos antecedentes. Discordando em parte, eu diria que o conservador tem um valor supremo: o do amor. Amor ao lar, amor à terra, amor ao país, amor ao planeta. Fazendo um parênteses à questão ecológica, apesar de não ser à partida um cosmopolita ou um mundialista, o conservador pode amar o planeta. Defendendo a integridade do território que habita, procurando preservar o ambiente. O que é a ecologia se não a aplicação de princípios conservadores? Em biologia falamos constantemente em "conservação" dos ecossistemas. Nunca houve tanto apelo à conservação do território como há neste momento. Preservar o ambiente é nada mais nada menos do que a aplicação de princípios conservadores. Theodore Roosevelt, presidente dos EUA, republicano, considerado um dos pais do conservadorismo moderno norte-americano foi possivelmente um dos maiores ecologistas do seu tempo. As suas iniciativas legislativas em criar parques e reservas naturais de preservação ambiental estão inscritas nas maiores obras políticas conservadoras. Quem sabe, se não é nesta problemática das alterações climáticas que os conservadores não procurarão uma das suas razões de ser neste mundo moderno?

Num momento em que o Mundo está em constante desenvolvimento e o processo de globalização parece ser avassalador, cabe ao conservador reagir. Questionando o lado mais negro da globalização, fazendo o público recordar as fidelidades nacionais, mas ao mesmo tempo, não compactuar com os radicalismos que propõem um regresso abrupto ao mundo fechado.

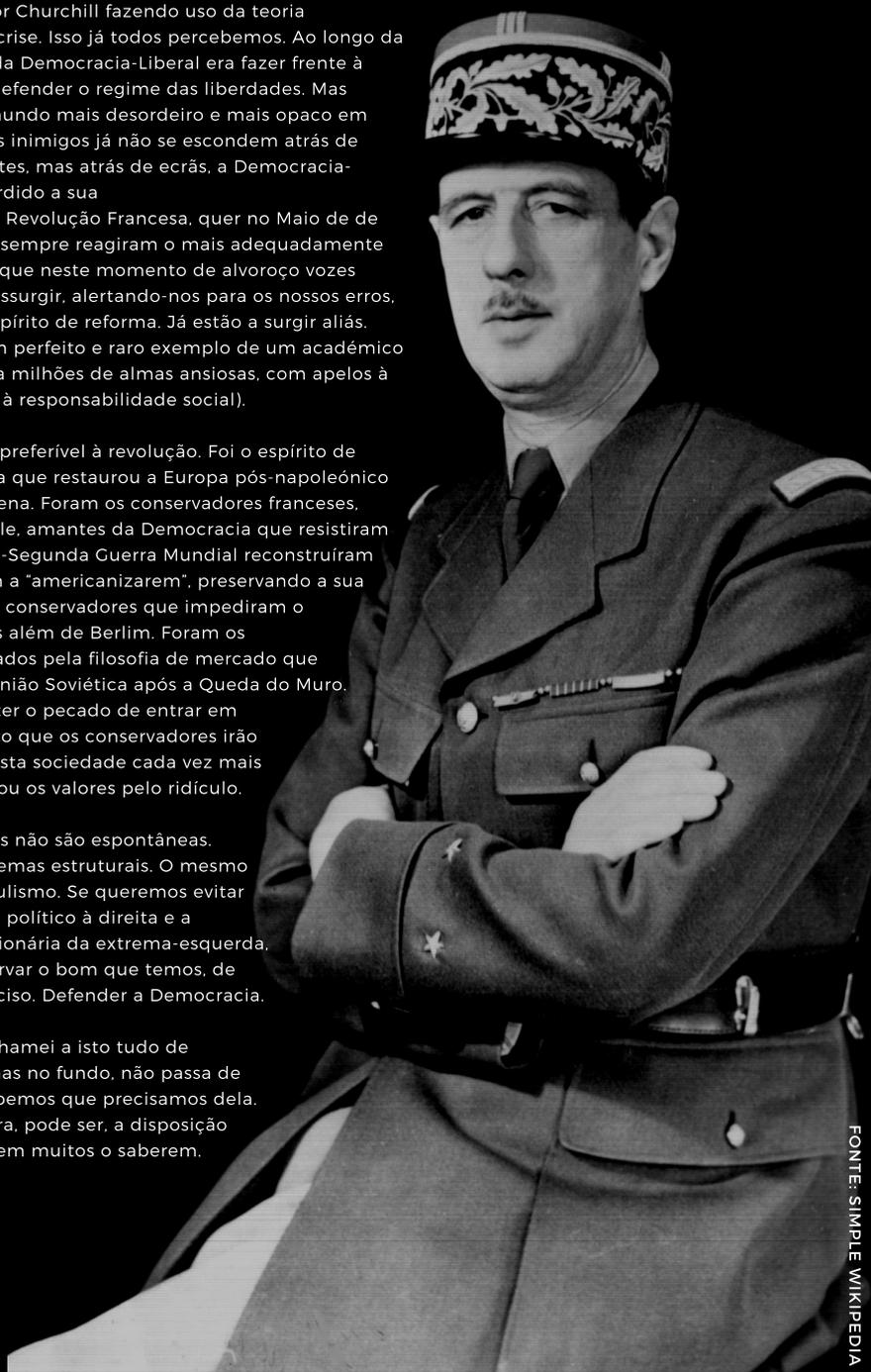


A Democracia-Liberal, o melhor dos piores regimes, assim cunhou o conservador Churchill fazendo uso da teoria aristotélica, está em crise. Isso já todos percebemos. Ao longo da Guerra Fria, o papel da Democracia-Liberal era fazer frente à tirania comunista e defender o regime das liberdades. Mas actualmente neste mundo mais desordeiro e mais opaco em certo sentido onde os inimigos já não se escondem atrás de bandeiras e estandartes, mas atrás de ecrãs, a Democracia-Liberal parece ter perdido a sua razão de ser. Quer na Revolução Francesa, quer no Maio de de 68, os conservadores sempre reagiram o mais adequadamente possível. Eu acredito que neste momento de alvoroço vozes conservadoras irão ressurgir, alertando-nos para os nossos erros, apelando para um espírito de reforma. Já estão a surgir aliás. Jordan Peterson é um perfeito e raro exemplo de um académico cuja a sua voz apela a milhões de almas ansiosas, com apelos à ordem, à liberdade e à responsabilidade social).

A Reforma é sempre preferível à revolução. Foi o espírito de reforma conservadora que restaurou a Europa pós-napoleónica na Conferência de Viena. Foram os conservadores franceses, liderados por DeGaulle, amantes da Democracia que resistiram ao jugo nazi e no pós-Segunda Guerra Mundial reconstruíram a nação francesa sem a "americanizarem", preservando a sua identidade. Foram os conservadores que impediram o avanço dos soviéticos além de Berlim. Foram os conservadores inspirados pela filosofia de mercado que colocaram termo à União Soviética após a Queda do Muro. Não querendo cometer o pecado de entrar em historicismos, acredito que os conservadores irão colocar um travão nesta sociedade cada vez mais instantânea que trocou os valores pelo ridículo.

Note-se: as revoluções não são espontâneas. São reacções a problemas estruturais. O mesmo acontece com o populismo. Se queremos evitar a poluição do espaço político à direita e a instabilidade revolucionária da extrema-esquerda, precisamos de conservar o bom que temos, de reformar o que é preciso. Defender a Democracia.

Ao longo do artigo, chamei a isto tudo de "conservadorismo", mas no fundo, não passa de prudência. E bem sabemos que precisamos dela. A Direita conservadora, pode ser, a disposição política dominante sem muitos o saberem.



Em defesa do Liberalismo: Liberdade ou liberdade?



/ CAROLINA MARGARIDO

A influência russa de Fiódor Dostoiévski foi uma rampa de lançamento para os debates de ideias e valores liberais. O seu campo de pensamento deita-se com a psicanálise, e daí nasce a possibilidade de debate para a liberdade. Nesta estranha vida, interessa-lhe o homem e os seus abismos espirituais. Homem este que se eleva ao jogar com a liberdade malévola, ao mesmo tempo que brinca com o constrangimento doce. A liberdade inicia o seu romance antes de o acabar, e o seu autor – o homem –, fraco e emotivo, é incapaz de a servir, como diria Ivan Karamazov.

Liberdade pode ser oposta àquela que é política para Wilson Martins, simbolizando lamúrias internas, consciências pesadas e moral em termos éticos. Liberdade surge aqui como purga emocional e conseqüente libertação imaterial em vista à tranquilidade de espírito.

A paisagem pouco importa, a selva ainda menos, a vida existe apenas dentro de nós, que a escolhemos difícil por apreciarmos o sofrimento. Os remorsos e a culpa consomem-nos e a liberdade é o único exército capaz de vencer a batalha do subconsciente. E por isso ela nasce em nós, proporcional à nossa alma frágil, crescente como um incêndio alimentado pelo vento que nos destrói para nos deixar negros de insuficiência, e finalmente aptos a começar novamente. É a liberdade interna ao nosso corpo, num momento inicial, que nos assiste, persistindo, e que nos socorre para nos devolver a paz interior que Cristo nos quer.

Mas cuidado com o que se deseja, porque liberdade pode ser ausência de correntes e de escuridão da solitária vivida na prisão, pode ser a simples exposição dos meus pensamentos neste papel branco, agora não tão imaculado, ou pode ser suicídio. No extremo, liberdade é fazer aquilo que bem se entende ou mal se quer. Penso-a como fogo, que contido se apresenta fascinante e glorioso, mas que descontrolado se transforma em ameaça e morte. E para os liberais a liberdade pode ser a morte do artista, caso não a restrinjam através de leis. Porque suicídio pode ser uma bizarra oportunidade de libertação mas simultaneamente uma barreira à liberdade de viver. Aqui a prudência é chave, visto que o autor liberal pode usar a liberdade a seu proveito, moldando o conto ao seu feito.

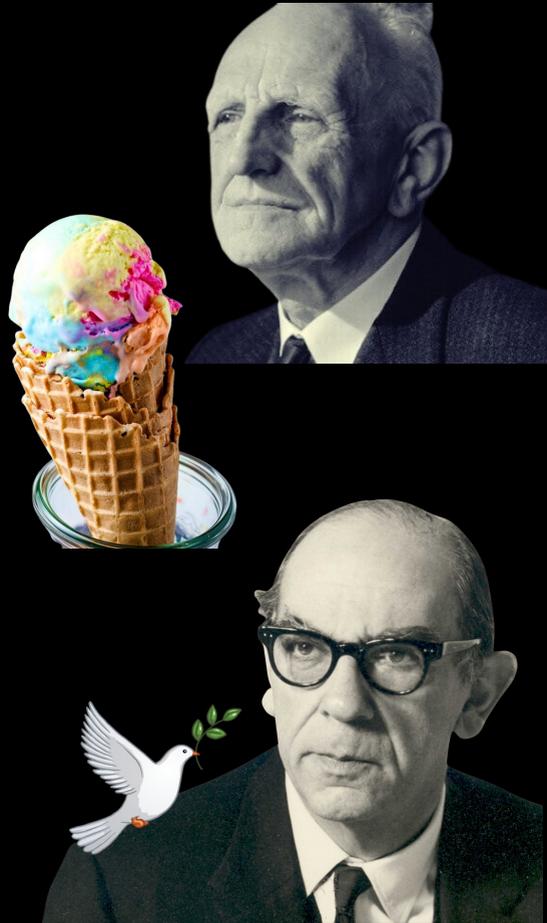
Liberdade de ficar, liberdade de partir, de ler este artigo e continuar, ou de desistir. Um romântico diria que liberdade é tudo o que precisa para amar, mas ser amado exige a liberdade do outro escolher se nos ama de volta. Dostoiévski acredita na liberdade como introspeção. Neste processo, cada um deve ser julgado pelo juiz mais severo, tirano e autoritário: ele próprio. Liberdade é saber sofrer, aguentar a dor, e aprender a lidar com ela. Só assim seremos iluminados pela inteligência e abençoados com um coração profundo.

A partir daqui surgem inúmeros outros nomes dos quais destaco dois ingleses: Donald Winnicott e Isaiah Berlin. A sua relação é paradoxal, quase de rebelião utópica, e os seus discursos enfurecem o século XX, contribuindo para a criação de ciência.

Winnicott discute a postura de alguns líderes autoritários da "época dos grandes massacres", como Hitler e Mussolini, desmistificando a adoração e confiança cega destes regimes centrados em pessoas singulares, enquanto bebe um shot de Liberdade. Não compreende a infantilidade que observa, e desconfia do desejo daqueles que querem ser livres. À medida que os copos se vão acumulando, também o álcool se derrama por mais sangue, e a ressaca que se avizinha é cruel, dolorosa até. Acorda de um pesadelo e apercebe-se da sua veracidade: afinal as pessoas não querem assim tanto ser livres. Afinal as pessoas não querem ser livres de todo. E não é um sonho! Winnicott acordou e tudo ficou mais claro na sua cabeça. Arruma os seus sonhos em prateleiras e convence-se de que a realidade é dura: as pessoas são cativas destes regimes e gostam de ser escravas dos mesmos. As palavras continuam a fugir por entre os seus dentes, cospe-as e as suas mãos cooperam. Não limpa a saliva, invés disso escreve. Escreve sobre a liberdade e pensa num mundo onde esta seria totalitária. A experiência de viver sob liberdade total é profundamente angustiante. Ser totalmente livre não me permite escolher, ou pelo menos não me permite ficar satisfeito com a minha escolha, porque perco tantas outras. Como uma criança que vai a uma gelataria e tem de escolher um sabor de entre dezenas. Acaba por escolher sob pressão, infeliz com o custo de oportunidade, e atormentada com a sua frustração. Mas quando volta, escolhe o mesmo sabor, uma e outra vez, e ainda que absolutamente livre, escolhe baunilha. Apercebe-se que não é forçosamente mais feliz por ser livre. Pode mesmo ser mais miserável, porque se tivesse menos opção, teria mais certeza da sua escolha. E sabem que mais? Provavelmente escolheria o mesmo sabor. Mas ainda assim é bom saber que pode escolher comer um gelado, e é ótimo saber que cada dentada vai saber a liberdade.

A puxar do outro lado da corda temos Isaiah Berlin, crente na diversidade de valores humanos individuais, podendo estes entrar em conflito interno ou mesmo externo, através da troca de ideias com outros semelhantes.

A isto Berlin chama de *pluralismo*, ideia que Winnicott admite comprar. Ainda assim, Berlin acredita na possibilidade de diálogo e tolerância entre teses opostas ou ideais estrangeiros. Liberdade, será neste ponto, a possibilidade de ser diferente, e de admitir que o outro o possa ser igualmente. Crenças diferentes podem ser sinónimo de riqueza cultural e desenvolvimento humanista, e não necessariamente disputa e guerra. Distingue dois conceitos fundamentais: *liberdade positiva*, como sendo a reunião de condições necessárias ao indivíduo para que este possa agir em prol dos seus objetivos, e *liberdade negativa*, ou seja, ausência de obstruções à ação do indivíduo. No mundo contemporâneo podemos observar liberdade positiva quando nos deparamos com explicações totalitárias da realidade.



Resumidamente, liberdade positiva traduz-se na recusa do pluralismo, isto é, surge quando não permitimos debate entre ideias distintas. Por outro lado, falamos de liberdade negativa quando equacionamos a transferência de liberdade individual de uma pessoa para outra, como aliás sucede em regimes autoritários (limitam-se formas de expressão em prol de uma segurança utópica por meio de medidas restritivas aplicadas sob tutela de uma determinada ordem política).

Ambos os autores reconhecem o poder que a liberdade pode assumir ao revelar-se ambígua e traiçoeira, sendo que Berlin acaba mesmo por admitir que a ideia de uma liberdade perfeita não passa de um sonho. Num mundo imperfeito não existem conceitos perfeitos, existem apenas soluções imperfeitas capazes de minimizar os danos causados pelo pecado original. Ainda assim, enquanto animais políticos que somos, a liberdade é absolutamente vital nas nossas vidas, mas nunca sozinha, nem ilimitada. Com as suas devidas ramificações, como são disso exemplo o pluralismo e tolerância, carece de aliados.

Para contrabalançar o poder da liberdade, imaginemos uma ponte entre liberalismo e conservadorismo, que por sua vez forma um triângulo ao anexar o livre comércio. A grande batalha dos dias atuais prende-se com uma questão: mundo global ou países fechados? Adolfo Mesquita Nunes, uma das personagens da agenda política atual, propõe este debate no seu livro *A Grande Escolha*.

Todos nós devemos refletir sobre o tema, porque de certa forma o conflito entre estes dois gigantes que vos trago – liberalismo e conservadorismo – renasceram com esta temática. Estas duas correntes filosóficas são irmãos de pais diferentes, capazes de cooperar e, por isso, de se unificar em certos pontos, e dignas de combater em frentes opostas à medida que se desmotivam noutros tantos. Mas o que as aproxima parece compensar o que as afasta, e neste novo mundo em que vivemos, equacionar uma aliança forte entre ambos é provavelmente o mais sensato a fazer.

Em certos ambientes culturais e respetivos contextos políticos, conservadorismo e liberalismo são quase opostos, daí que compreender onde se unem se torne ainda mais interessante. Mais: estas linhas de pensamento evoluem e reconfiguram-se constantemente, à medida que o tempo clássico se veste de contemporâneo, numa linha cronológica progressiva, o que significa que os conceitos crescem e adaptam-se às necessidades dos seus tempos. Posto isto, liberal e conservador combinam um café. O conservador, pontual e aborrecido, de fato e gravata, pede um chá e espera o liberal. Este segundo chega ligeiramente atrasado, despenteado e descontraído, de jeans e camisa semi aberta, sensual e jovem. Pede um café longo e senta-se com o seu amigo. *"Vamos pôr as cartas em cima da mesa"*, diz o conservador, ao que o liberal responde: *"Vamos descobrir o que nos une e o que nos afasta. O primeiro a bater na mesa paga a conta."*



As conclusões foram as seguintes: ambos prezam a concorrência e multiplicidade na esfera internacional, desconfiando de projetos supranacionais sempre que estes apontam no sentido da homogeneização e controlo central dos povos. Respeitam as liberdades individuais e as relações entre indivíduos, sempre que o individualismo em causa seja verdadeiro, como diria Hayek. Assumem a importância do *Rule of Law*, e defendem o comércio livre e a concorrência no mercado, uma vez que o crescimento económico e respetiva riqueza das nações depende substancialmente da globalização. O liberal e o conservador alinham na tese de que a globalização é fonte de tolerância e paz internacional (como o defende Montesquieu), embora o conservador assuma que, em casos mais extremos, o protecionismo possa ser a única saída possível. E começam a falar do Brexit, à medida que a voz se eleva. Mas rapidamente se acalmam, e a conversa continua. Pedem mais café e mais chá, e cordialmente passam aos focos de tensão. O liberal desvaloriza a cultura e as tradições, pois liberta-se delas, evolui com os tempos, e abraça o progresso e inovação. Diz que é possível libertar o homem deste modo, uma vez que o nosso passado nos aprisiona de certa forma, impedindo-nos de caminhar para o futuro. O liberal é livre em tudo, mas esquece-se, e di-lo o conservador, que liberdade não significa justiça, igualdade, nem sequer equidade, mérito, orgulho ou preconceito, pureza ou tranquilidade. Liberdade é apenas liberdade, o que por si só já é muito: liberdade de expressão, de pensamento, de orientação política ou sexual. Liberdade acima de tudo para cometer erros e arranjar soluções. Passaram horas e mais horas e nenhum dos dois bateu na mesa.

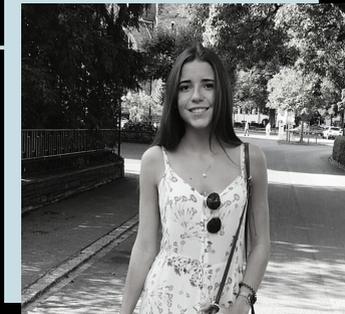


O liberal e o conservador desenharam as suas árvores genealógicas e perceberam que eram irmãos da mesma mãe. Chateados e mais afastados que nunca, surpresos e sem reação depois da longa troca de ideias que tiveram, olham um para o outro e congelam. Levantam-se, pagam a conta a meias e saem do café. Querem despedir-se mas não sabem como. E enquanto um toma a liberdade de permanecer calado, o outro conserva os seus pensamentos em silêncio. Finalmente um deles deixa escapar uma lágrima tímida do olho direito, à medida que o conservador dá um passo em frente e abraça profundamente o seu irmão liberal.





/ LUÍS MIGUEL SIMAS



/ SOFIA VEIGA CARITA

"Platão v. Aristóteles - Uma Discussão que Dura há mais de 2000 Anos"

Alguma vez tiveram ou assistiram a uma daquelas discussões que vos tira completamente do sério? Sei lá. Uma daquelas longas partidas de esgrima noturnas, com a vossa Mãe, para que vos deixasse ir àquela festa no dia seguinte, em casa de uns amigos, sem álcool ou quaisquer outros exageros, obviamente. — até porque aqui somos todos pessoas de bem, excepto os que não votaram num determinado candidato presidencial, aparentemente. Ou então um desacato com aquele amigo que o único defeito que tem é ser do glorioso. Esqueçam tudo isso. Nunca viram nada assim. Esta discussão, meus amigos, dura há mais de 2000 anos! E, por muito que muitos já tivessem tentado gritar vitória de um lado, marcar golo no outro (inclusive na própria baliza)... isto não parece ter fim — pelo menos, neste mundo. Decorre, então, do seguinte modo.

Existem 2 grandes debates da Filosofia, dos quais emanam (ou derivam), praticamente, todas as correntes filosóficas que subsistiram, e que encontramos, hoje, na Era Moderna. O primeiro desses debates é aquele que ficou marcado pelo diálogo de Sócrates (*philomates*) contra os Sofistas (*philodoxos*).

Aliás, seria impossível falar de Platão e de Aristóteles sem, com isso, partir de Sócrates, cuja vida e ideias nos foram dadas a conhecer, precisamente, pelo afamado leque de seus discípulos — aos quais se juntam Xenofonte e Aristófanes. Assim sendo, comecemos por aí.

Ora, os Sofistas alegavam não ser possível conhecer a *Verdade*. Por conseguinte, todos os conceitos que tomamos como "iluminados pela *Verdade*", não o são. A *Justiça*, a *Beleza*, o *Bem*... a própria *Verdade* seriam, então, relativos e, como tal, alvo das mais variadas interpretações; todas elas válidas do ponto de vista do "conhecimento concreto". Uma espécie de anarquia epistemológica — e, conseqüentemente, também, moral — onde tudo vale, e onde uma opinião (*doxa*) vale tanto como a *Verdade*.

Claro está, que a defesa desta tese, em muito, adjuvava à manutenção do estatuto público destes "mestres" da oratória, ao blindar de relativismo o seu argumentário — despojado de conteúdo empírico, contudo provido de floreios retóricos —, face a eventuais confrontos dialéticos para os quais pudessem ser "convidados", por verdadeiros mestres (ou mestres da *Verdade*), como Sócrates, Platão e Aristóteles.

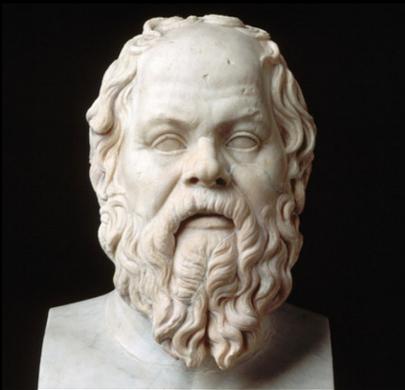
Surgida na maior ilha do Mediterrâneo — de onde, por sinal, eram também originários os tiranos mais afamados daquela época —, algures no dourado séc. V a.C., a Sofística tinha por base uma lógica operacional extremamente mundana e desvirtuada, mas sobretudo simplista.

Confrontados com o esforço intelectual que constituía a busca pelo conhecimento e, simultaneamente, trazê-lo a debate público — onde se esperava que fosse rebatido, defendido, e aplicado às circunstâncias concretas da Democracia (directa) Ateniense —, sofistas como Protágoras, Górgias, Hípias e Antifonte, cedo perceberam que seria mais eficiente e, porventura, mais profícuo (para os próprios), se se especializassem, apenas, no segundo termo desta equação: no debate; na persuasão das massas. As massas, no sentido do povo apresentado como uma “grande besta” que os sofistas se dedicavam a conhecer, a fim de prever os seus movimentos e o modo mais eficaz de a aplacar e conduzir; moldando-a e moldando-se a ela, aos seus caprichos. Para o fazerem, precisavam, antes de mais, de desacreditar todos os adversários que se dispunham ao esforço intelectual de procurar o Bom, o Belo e o Verdadeiro, e o desejavam estimular (caso contrário partiriam em desvantagem). Como?

Primeiro, endoutrinavam o auditório, por forma a que este acredite não ser possível conhecer a verdade, e que, a existir, não representa conceitos absolutos, mas relativos; tão relativos quanto mais indivíduos compuserem a polis, cada um com a sua interpretação (ou a interpretação que os sofistas habilmente lhes “vendem”, consoante a ocasião e o tema em debate). Em seguida, bastava aos sofistas concentrarem a energia e o tempo que não haviam aplicado filosoficamente, em convencer a assembleia de que a “verdade” deles é “melhor” que a verdade dos seus rivais. Daqui se conclui que, uma vez difundido, com sucesso, o primeiro engodo, “não podemos conhecer a verdade, tão pouco uma que seja absoluta” — engraçado que o fizessem por meio de um postulado absoluto — a sua principal tarefa resume-se, então, ao domínio das técnicas discursivas que permitiam obter, com maior frequência e intensidade, tal resultado. Assim sendo, não é de espantar que fossem considerados “mestres” neste artifício (*they literally had one job*). Por certo, este “treino” em manipulação das emoções, assumia-se bastante útil, para aqueles que, entre a comunidade ateniense, almejavam conquistar altos cargos de decisão política — descrita pelos próprios como uma virtude; a arte de administrar os negócios da polis.

Para ajudar ainda mais, estes, cujo o único fim era o poder político em si (e não um meio), começaram a difundir, entre o auditório, a ideia de que os filósofos eram excêntricos e inúteis e que tendiam para a “perversidade”.

A nosso ver, esta postura desonesta apenas ofereceu 2 benefícios. O primeiro foi o de, com argumentos simplistas, mas sedutores, trazer alguma parte da comunidade que, até então, era “politicamente apática” (como, de resto, acontece, ainda, nos dias de hoje). Por último, o de exigir um maior esforço por parte daqueles que buscavam incessantemente a verdade, não para os destronar, mas para poderem, efectivamente, conduzir a sua comunidade política aos melhores dos caminhos. Talvez tenha sido esse desafio que os tornou bem sucedidos...



FONTE: O POPULAR

Pois bem, a segunda grande discussão (e a que nos traz aqui hoje) centra-se, precisamente, na origem destas “ideias”, esta espisteme que nos permite chegar à verdade. De onde vêm? Onde nascem? Surgem connosco? Com a experiência da vida neste mundo? Ou existem antes de existirmos?

Esta discussão opõe, há mais de dois milénios, um par de excelentes pensadores e autores clássicos. São eles, Platão e Aristóteles. Veremos, em seguida, como “filosofou” cada um deles, a respeito desta questão, e em que medida se contrapõem.

Platão

Platão (427 a.C - 348 a.C), filósofo da Grécia Antiga, crítico da democracia ateniense e da oligarquia que foi estabelecida durante nove meses com o apoio de Esparta, encarna Sócrates numa das suas mais consagradas obras, *A República*. É defensor da ideia de que o Homem nasce, intrinsecamente, com princípios racionais e ideias originárias de um mundo exterior ao que habita. A sua alma é o veículo.

A origem das ideias é descrita por Platão através de dois mundos diferentes: o mundo sensível e o mundo inteligível - este último surge como aquele por onde o ser humano passa antes de, efetivamente, nascer, no qual assimila, na sua mente, todos os conceitos, formas e realidades, permitindo a Platão definir as ideias humanas como inatas.

O outro mundo, aquele no qual nascemos (e vivemos depois de nascermos), conhecido por todos, é o mundo sensível. O tal ideário inato está, já, formulado nas nossas mentes, contudo "apagado", daí ser necessário iluminá-lo, relebrá-lo, através de um esforço de procura, orientado para o mundo inteligível. Neste sentido, a "alma" preexistiria o "corpo". Conhecer é, na perspectiva platônica, recordar. À partida parece fácil. Afinal de contas, é para isso que serve a faculdade da memória. No entanto, experimente o leitor fazer o seguinte exercício: lembra-se do que viu ou sentiu ao sair do ventre da sua Mãe? É quase tão difícil como ganhar consciência e reproduzir essa realidade – que, sabe, ao certo, ter existido; caso contrário não nos estaria a ler, neste momento. Felizmente, diz Platão, um grupo muito específico de pessoas pode ajudar-nos a alcançar tal plenitude, libertando-nos.

Coloca-se, então, a questão de saber, se não é neste mundo que se encontra a essência de todas as coisas visíveis e invisíveis, das ideias, como chegar até elas? Como conhecê-las verdadeiramente?

Platão parte de uma metáfora para conhecer a alma humana. A República surge como um produto da imaginação para saber a que

corresponde a justiça no seu interior. Desta forma, constrói-se uma cidade, já que nenhum ser humano é auto-suficiente. Platão mostra que esta mesma cidade só seria totalmente boa, caso fosse fundada em quatro virtudes: sabedoria (*sophia*), coragem (*andreia*), temperança (*sophrosyné*) e justiça (*dikaioSyné*). Destacam-se três classes dentro da cidade, os negociantes, os guardiões e os governantes.

Numa primeira fase, Platão nota que as qualidades que caracterizam cada um destes três só podem ser desenvolvidas por via da educação – não sendo fácil adquiri-las em pleno, por natureza. Apresenta, então, um projeto de educação que, por exemplo, no caso dos guardiões, se inicia pela ginástica para "preparar" corpo e pela música para "estimular" a alma, sobre o qual, cada uma a seu modo, desenvolverá duas virtudes que os tornarão doces e impetuosos ao mesmo tempo: coragem e temperança.

Posteriormente, talvez por perceber que esta última disposição não abona à sua teoria da precedência da alma, Platão introduz um outro Mito, o dos Metais. Através deste, o filósofo desmente o processo educativo, referindo-se a este como apenas um "sonho", e concluindo que os indivíduos que compõem estas três classes da Cidade são, na realidade, dotados de almas diferentes à nascença, pelo que serão intrinsecamente diferentes, entre si, e desenvolverão competências igualmente distintas. Assim sendo, os guardiões-perfeitos (ou governantes) nascem embebidos por uma alma de ouro, os auxiliares (guardiões) por uma de prata, e os negociantes (artesãos) por uma alma de bronze ou ferro. A orientação destas três almas (partes



FOI TE: UNIVERSO RACIONALISTA

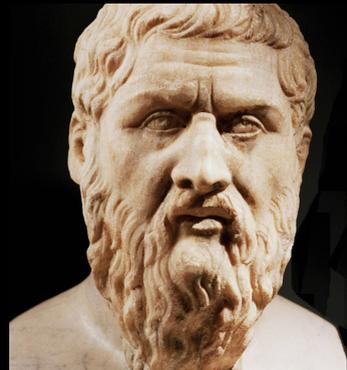
diferentes) para o Bem (que é comum) constitui a harmonia e sobrevivência da própria *politeia*, como unidade cooperativa e hierarquicamente constituída. Mas que Bem é esse, tão suprimico e tão gravitante, que possa consagrar à sua volta todos os desejos, paixões e aspirações humanas, transportando o eros, e o Homem, todo, com ele?

Aristóteles, seu discípulo, escolherá a "Felicidade" como tal desígnio, no entanto, surge aí um problema: para diferentes pessoas, a felicidade representará, também ela coisas diferentes. Como veremos em seguida, este aforismo não representa, para Aristóteles, qualquer entrave, uma vez que para ele, ao contrário de Platão, "nada há na razão que não tenha passado antes pelos sentidos" e, dessa forma, assume que diferentes experiências, em realidade, formem diferentes ideias daquilo que "é". Platão, por outro lado, orquestrou para si próprio uma tarefa difícil, pois que, para si, a natureza dos "metais" que configuram as almas são distintos e hierarquizados, mas o ideário à disposição é o mesmo, porque inato. Por conseguinte, o autor d' *A República* não define o conteúdo do Bem Supremo; apresenta antes as propriedades formais que tem. É aí que entram as, já famosas, "Alegoria do Sol" e "Alegoria da Caverna".

A primeira faz uma análise "seca" do Bem, comparando-o ao sol. O sol está para o mundo visível da mesma forma que o Bem está para o mundo inteligível, ou, de outro modo, o sol está para a vista, assim como o bem está para a inteligência. Desta mesma alegoria podem-se retirar quatro características do Bem: pode ser conhecido; é fundamento do conhecimento; dá o ser a todas as coisas; e é transcendente, superior, de uma qualidade diferente de tudo aquilo que gera. Assume-se, então, como a causa estruturante de toda a ligação entre o mundo moral e o mundo cósmico, e toda a forma hierárquica como vemos os valores e como nos movimentamos no espaço humano.

Por último, na Alegoria da Caverna, Platão tenta responder à primeira pergunta que colocámos, "como chegar à essência de todas as coisas, acessível apenas no mundo inteligível?". O filósofo descreve uma cena onde se encontram alguns prisioneiros. Prisioneiros estes que estão voltados para o fundo da caverna, conseguindo ver, apenas, as sombras projectadas nessa mesma parede, achando que os sons e vozes que ouvem pertencem a essas mesmas sombras, e daí retirando as suas próprias "opiniões" e "crenças" do que, realmente, sucede.

A realidade, para estes homens, corresponde apenas à soma de todos estes estímulos sensoriais. É o mundo sensível. Contudo, diz Platão, são "ignorantes", pois desconhecem que, o que chamam de "realidade", é apenas a percepção que têm da realidade. A verdadeira essência do que lhes surge projectado, encontra-se fora da caverna. Descritos num estado de "ignorância", presos sem amarras visíveis e/ou sentidas neste mundo, assim permanecem, segundo o autor, enquanto não forem libertados e iniciarem o caminho ascendente para "fora", onde poderão observar os objectos reais "de frente", sem intermediações. Apenas quando livres poderão, realmente, aceder à tal essência das ideias. Como? Orientando eros para a busca do conhecimento para, primeiro, compreender a verdadeira essência do Bem. Em seguida, permitir que este Bem nos oriente, na nossa vida, de volta ao mundo sensível. Conjecturando a saída de um prisioneiro da caverna, lembra que a habitação ao mundo exterior — inteligível — é difícil, dolorosa e gradual. Primeiro, o "prisioneiro" libertado consegue ver apenas o sol — fonte de luz que ilumina e nutre toda a realidade cognoscível e que simboliza o conceito de Bem. Não obstante, uma vez alcançado o inteligível, ao filósofo não deve ser permitido permanecer, eternamente, "lá fora" (da caverna), a contemplá-lo. Pelo contrário, constitui função sua, talvez primordial, conduzir outros ao cognoscível, através do exercício do poder político (pois que se não houver alguém para os libertar...?). Existe aqui uma preocupação com o outro. Um espírito de serviço; de causa. Quando conferido, ao filósofo, poder político, este deverá utilizá-lo, não só para executar, de forma orientada (para o Bem), a administração corrente da coisa pública, da Cidade, mas para "libertar" os que não conseguem "ver" para além de sombras na caverna.



Encontramos na verdadeira prática política, através de Platão, uma função pedagógica e paternal (ou maternal, como quisermos), que deseja cuidar dos que não veem e orientá-los no caminho do *Bem* e da *Virtude* — conhecimento, verdade e essência. Tal como aqueles que abdicam do zelo exclusivo da sua propriedade (privada) para se dedicarem à proteção do todo (público) — como é o caso dos guardiões — também os filósofos deverão privar-se à simples contemplação do Bem — tentativa superior às demais — em prol do exercício do poder político. Desta forma é possível, em vida, “regressar” ao mundo inteligível, e de lá trazer algo para o mundo sensível, beneficiando o Bem comum. O segredo está, pois, na atribuição do poder a quem não o deseja *per se* — já que, não o desejando, não se deixará corromper por ele —, dado conhecer uma realidade que lhe é superior/externa. Porque, em limite, tem o seu eros orientado pelo conhecimento, pela verdade e pela essência, sendo o único que reconhece — e se rege — por um noção imutável de Bem e de Virtude. Por esse motivo, deverá ser ele o “guardião” natural da polis, do Estado. O “Rei-Filósofo”, diametralmente oposto àquele governante cujo eros se orienta para o mero exercício de poder sobre os seus semelhantes.

Com esta passagem, e independentemente das interpretações mais ou menos concordatas, Platão lembra-nos, ainda, de algo central nos dias que correm. “Os prisioneiros da caverna não se libertam sozinhos, por esse motivo, podem (e devem) ser libertados”. O esforço de uma educação plena — aqui, obviamente, rejeitando o inatismo platônico, mas mantendo o meu sentido de compromisso com a busca pelo conhecimento —, com acesso aos temas inultrapassáveis da Epistemologia, da Filosofia, da Antropologia, da Ética, não deve ser descurado na educação dos jovens; tão pouco pode servir de plataforma ideológica ou doutrinal, por parte de qualquer tendência dogmática “em voga”, sob pena de cair, quer num ortodoxismo excessivo, sem espaço para a formulação de espírito crítico, quer num relativismo absurdo, onde tudo vale, incluindo equiparar uma opinião à *Verdade*.



Aristóteles

Aristóteles (348 a.C - 322 a.C), filósofo da Mãe da Democracia, fundador da escola peripécica e do Liceu, ao contrário de Platão, defende que a origem das ideias surge através da observação de objetos, que depois serve para a formulação da ideia dos mesmos. Desta forma, só reconhece um mundo, o mundo sensível que é, ao mesmo tempo, o mundo inteligível. Reconhece seis graus de conhecimento: sensação, percepção, memória, imaginação, raciocínio e intuição. Assim, o conhecimento é para ele formado através dos graus supracitados, mostrando que, os dois mundos apresentados por Platão, não são nada que não a continuação um do outro. A tese por este formulada mostra que as ideias não são assimiladas por todos os homens da mesma forma, já que estas dependem da experiência que é diferente de Homem para Homem. Distingue-se, mais uma vez, de Platão, já que o princípio aristotélico permite a introdução de novas ideias através da observação, o que seria impossível no primeiro.

Aristóteles, na *Política*, afirma que toda a cidade é uma forma de comunidade e, neste caso, o bem supremo é também objeto de anseio de todos os homens e é a cidade que visa o maior de todos os bens, competindo-lhe assegurar o bem supremo. Em Aristóteles, vê-se que o bem a atingir tem sempre a categoria de um fim a atingir, um telos que nos é inerente, já que, para o filósofo, para definirmos algo precisamos de definir a sua forma e de definir o fim a que se destina - perspetiva teleológica. O fim último, mais abrangente, é aquele que vai definir a forma de qualquer coisa e objeto e Aristóteles mostra a importância do mesmo para distinguir a cidade de outras formas de comunidade e para diferenciar regimes políticos. O autor vai distinguir três formas de comunidade: família, aldeia e cidade. Parece interessante distinguir os tipos de relação que Aristóteles considera existir dentro da família, bem como a Teoria da Escravatura que apresenta, lá iremos. A família corresponde a uma comunidade simples onde se destacam três tipos de relação com telos distintos: homem-mulher, cujo telos é a procriação; pai-filho, cujo telos não é referido na supramencionada obra, mas que será, por exemplo, a educação e, por fim, senhor-escravo, cujo telos é a segurança. A Teoria da Escravatura de Aristóteles mostra como o escravo surge como uma espécie de propriedade viva do seu senhor, como um instrumento animado.

Encontramos uma analogia na presente obra. Um ser vivo é composto pela alma e pelo corpo, o primeiro é governante e o segundo é governado - assim, Aristóteles afirma que existem distinções naturais tão profundas entre os homens, quanto a alma do corpo - o caráter do escravo não depende do seu corpo, nem das suas características físicas, reforçando, assim, a ideia de que, para se saber quem é escravo por natureza, se necessita de conhecer primeiro a alma do próprio indivíduo. A alma do escravo parece ter um défice qualquer de razão que o torna dependente do outro. Não tem capacidade de deliberação e, portanto, necessita de um senhor que delibere por si - esta autoridade despótica, quando exercida por natureza, é boa e justa.

[Quanto à origem das ideias, podemos ver, nesta aproximação da obra de Rafael, *Escola de Atenas*, o seguinte:

- Platão aponta para cima;

- Aristóteles sustem a mão virada para baixo.]



FONTE: AVENTURAS NA HISTÓRIA

Antes que se sejam considerações precipitadas a respeito do que acabamos de escrever, É de notar que todos os pormenores acessórios desta concepção aristotélica (como a Teoria da Escravatura) devem ser analisados à luz da época em que foram desenvolvidos. Ainda que assim não fossem, temos em crer que são bastante úteis, alegoricamente, para descrever um certo tipo de "condicionamento", transversal a qualquer época da História da Humanidade. Condicionamento esse que pode ser apresentado como a escravatura da mente (ou da razão) face aos sentidos e estímulos do corpo. Desta forma, não seria sensato excluir da nossa análise um exercício filosófico tão importante como este, apenas por considerar pressupostos práticos que, trazidos anacronicamente para o contexto atual, podem parecer, no mínimo, bizarros. É só mais um exemplo daquilo que conjecturamos através de autores da Época Moderna, como Pascal. "O coração tem razões que a razão desconhece" - Mais poético? Sim, concordamos, mas não invalida ou tão pouco contrapõe o seu antecessor. Hoje, revela-se necessário que entendamos esse facto.

Prosseguiremos agora, caro leitor, após este pequeno "à parte" em discurso directo. Aristóteles explica-nos que a cidade é uma comunidade completa porque providencia os meios para sustentar a Vida, mas também porque dá os recursos para que os indivíduos possam realizar a Vida Boa - promovendo a felicidade, bem supremo para Aristóteles. No entanto, afirma que a felicidade não existe sem a virtude, mostrando que a condição necessária e suficiente à felicidade é a atividade da alma de acordo com a virtude. Nota-se, ainda, que a cidade apenas dá meios aos homens para que estes possam desenvolver a virtude, sem descartar o facto de que a felicidade não depende totalmente do homem e que, para a atingir, é necessária moderação em relação aos bens externos. Terá Aristóteles uma visão organicista da cidade como dá a entender?

A definição de comunidade é-nos apresentada como "ter em comum, partilhar". Platão inclina-se para partilharmos o máximo possível, "para toda a cidade, a maior unidade possível". No entanto, Aristóteles critica aqui Platão, notando que a máxima unidade é negativa, já que a cidade é, por natureza, uma pluralidade e, ao tornar-se uma unidade, desconfigura-se a si própria. Aristóteles mostra que, cada vez que a cidade é mais unitária, perde a sua auto-suficiência, transformando-se naquilo que não deve ser - se é preferível a auto-suficiência, também é preferível o menos unitário. Desta forma, afirma que o bem de qualquer coisa é aquilo que a conserva, não aquilo que a destrói, e a máxima unidade possível destrói a cidade e respetiva capacidade de auto-suficiência.



Aristóteles ainda mostra que, se Platão acreditasse verdadeiramente no seu projeto de educação, não necessitaria de todos os meios institucionais que criou (bem comum, propriedade comum), para garantir que os homens agissem em benefício de todos. No tipo de comunidade proposta por Platão, onde se uniformizam as relações, o afeto entre as pessoas tende a diminuir - cada um é mais solícito a cuidar do seu próprio filho - o afeto dilui-se porque parece que o modelo de relação e unidade proposta na República é semelhante ao discurso de Aristófanes - "o amor é o que leva cada um a procurar a sua cara metade".

Mostra, assim, que Platão está a retirar a propriedade e a reduzir a afeição e é-nos ainda dito pelo filósofo que o fim que se atribui à cidade, a felicidade, não pode estar no todo sem estar nas partes, ao contrário do que é dito n' *A República*. A cidade é feliz se os seus cidadãos forem felizes - realização plena das partes. O bem do todo é, por natureza, reversível para o bem da parte.

Como podemos perceber, após um extenso (porém proveitoso, esperamos nós) ensaio sobre o que une e separa estas três incontornáveis personagens da Filosofia (e da História da Humanidade, em geral), em resumo, "viram-se gregos" para chegar a uma conclusão. Em tom de ironia, é isso que tentaremos fazer nestas últimas linhas.

Para aqueles que, como Adimanto, acusam a Filosofia e os Filósofos de serem "inúteis", "desnecessários", "intelectualóides", respondemos como Sócrates (através de Platão).

Imaginem uma enorme embarcação, cujo armador e proprietário - o povo - é forte mas desatento ou pouco perspicaz. Os marinheiros que, entre si, vão disputando o leme, procurando convencer o armador das suas qualidades, pouco sabem sobre o comando do navio (porque não buscaram saber; estavam ocupados em procurar a melhor forma de convencer). Tais tripulantes apenas sabem como alcançar o comando; não como navegar o navio. Para estes, o leme não é um meio, mas um fim. Para estes, quem lhes quiser ensinar a navegar é "inútil", pois que somente pretendem aprender a alcançar o poder. Neflíbatas!

Para aqueles que, como São Bernardo, pensam, "o Mundo é um vale de lágrimas", dizemos: não desesperem. Não foi exatamente essa a mensagem de Platão. Ainda há neste mundo sensível, mesmo que virados para o fundo da caverna, muitas coisas que nos orientam para cima. O Amor, a Beleza, a Bondade, a Justiça, a Música... a Bela-Arte em geral.

Para aqueles que, como Guilherme de Ockham, advogam não existir o mundo das ideias, apenas "coisas", matéria, as quais enchemos de conceitos que nada são em si e nada significam, respondemos: não desacreditem. De que vale adorar o que vemos e tocamos, se não conseguirmos imaginar que um dia se tornará algo mais, algo melhor, para além do que vemos no momento. Ideais como o do aperfeiçoamento, da crença, no potencial do outro e da sociedade como uma sucessão de outros que creem. Era assim que Aristóteles queria, no nosso entender.

Para os últimos, que rejeitarem, tanto a Razão, como o Coração, e se centrarem apenas na Vontade, pedimos. Não deixem de procurar respostas para além das que vos satisfazem. O mundo pode não ser perfeito, mas, certamente, não poderá sobreviver se não restar alguma ordem (ética, moral, social, etc.), na qual assente. Isto não é um vale-tudo. Estas discussões, como dissemos, duram há mais de 2000 anos. Contudo, não têm um fim anunciado, precisamente, porque Aristóteles não se virou para Platão e disse: "Olha lá, eu fico com a minha Verdade e tu ficas com a tua. Isto também é tudo relativo... Assim eu faço o que eu quero e tu o que bem entenderes; e não nos chateamos!"

- Obrigado por lerem! Esperamos pela vossa discórdia.



insti



"DRIFTING AWAY" - CHRISTINE BELL

tucional



CATOLICA
INSTITUTO DE
ESTUDOS POLÍTICOS

LISBOA

IEP-UCP
EST.
1996

EPF
EST.
1993

EUROPA VISTA DO ESPAÇO

A POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA E SUAS OPORTUNIDADES

UMA INICIATIVA ORGANIZADA PELO GABINETE DE
ESTÁGIOS E EMPREGABILIDADE DO IEP-UCP

19 FEVEREIRO 2021 - 17H00 - 18H00



SPEAKER

VERA PINTO GOMES

Policy Coordinator,
Direção Geral de Indústria de Defesa & Espaço,
Comissão Europeia
(Alumna, IEP-UCP)



A Comissão Europeia promove uma iniciativa interna chamada Back to School e, nesse âmbito, a Dra. Vera Pinto, antiga alumna do IEP-UCP, retorna a Portugal para falar da União Europeia e suas oportunidades, da sua experiência e esclarecer algumas questões que possam existir em relação às atividades da EU.

EUROPA VISTA DO ESPAÇO VERA PINTO GOMES

A Política Espacial Europeia e suas
oportunidades com Vera Pinto Gomes Policy
Coordinator, Direção Geral de Indústria de
Defesa & Espaço, Comissão Europeia (Alumna,
IEP-UCP)

19 de Fevereiro - 17h

Inscrições limitadas a alunos do IEP-UCP

2ª RGA EXTRAORDINÁRIA 17 DE FEVEREIRO - 18H45

SPRING SEMESTER SAVE THE DATES

IEP-UCP
EST.
1996

EPF
EST.
1993

SEMINÁRIO

IEP-UCP em parceria com L&ES Policy & Communication, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs e DG External Relations

REVOLUÇÕES DA ERA MODERNA

19 DE FEVEREIRO
RES. ANA MARQUES
ORLANDO GOMES

ESPAÇO E ORLAÇÃO

19 DE MARÇO
RES. AMERICIANA ALVES
ORLANDO GOMES

IEP EM MUNDO

19 DE MARÇO
RES. FRANCISCA LOPES
JOÃO PEDRO COELHO

QUINTAS-FEIRAS, DOG

19 DE FEVEREIRO
RES. LUISA FERREIRA
FELICIANO GOMES

20 DE ABRIL

19 DE FEVEREIRO
RES. POMECA ROSA (ORÇ.)
JOÃO PEDRO COELHO

20 DE ABRIL

19 DE FEVEREIRO
RES. BRUNO ALVES
JOÃO PEDRO COELHO

20 DE ABRIL

19 DE FEVEREIRO
RES. BRUNA DAVY
JOÃO PEDRO COELHO

CIEP SEMINARS ONLINE

12 JANUARY	19 MARCH	10 MAY
<p>12 JANUARY</p> <p>12th January 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>	<p>19 MARCH</p> <p>19th March 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>	<p>10 MAY</p> <p>10th May 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>

EUROPEAN STUDIES SEMINAR 2021

<p>15 FEBRUARY</p> <p>15th February 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>	<p>22 MARCH</p> <p>22nd March 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>	<p>24 MAY</p> <p>24th May 12:00pm - 1:00pm</p> <p>Dr. Vera Pinto, Policy Coordinator, DG Industry, Defense & Space Policy, DG Economic and Financial Affairs</p>
---	---	---

JORNALISMO, POLÍTICA & ESPAÇO PÚBLICO

Coordenação: Mónica Dias

<p>15 DE FEVEREIRO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>	<p>15 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>	<p>15 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>
---	---	---

INTERNATIONAL SEMINARS

<p>19 DE FEVEREIRO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>	<p>19 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>
---	---

POLÍTICA EXTERNA & DIPLOMACIA

Coordenação: Luís Franco
Informação: cecilia.missael@iep.pt

<p>19 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>	<p>19 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>	<p>19 DE MARÇO (18H00-20H00)</p> <p>JOSE MANUEL GOMES BARREIRO Mónica Dias, Vera Pinto, Vera Pinto, Vera Pinto</p>
---	---	---

CÂMERA DAS DEMOCRACIAS IEP - 2021

OPEN DAY - 22 ABRIL

A Presidência Portuguesa do Conselho da UE

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

2 JUNHO 2021

28-30 JUNE 2021 FESTIVAL PORTUGAL

SEMINÁRIO - “6 REVOLUÇÕES DA ERA MODERNA”

O Instituto de Estudos Políticos, em parceria com a Labô, tomaram a iniciativa de organizar um seminário a longo-prazo que irá percorrer o semestre de Primavera.*

CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
USBOA

LABÔ
Laboratório de História Contemporânea e Mídia

EM ASSOCIAÇÃO COM LABÔ/PUC SÃO PAULO

SEIS REVOLUÇÕES DA ERA MODERNA

ANO LETIVO 2020/2021 2º SEMESTRE
QUINTAS-FEIRAS, DAS 18H30 ÀS 20H00 🇧🇷 15H30 ÀS 17H00 🇬🇧

COORDENAÇÃO: JOÃO CARLOS ESPADA, DIRECTOR, IEP-UCP • LUIZ FELIPE PONDÉ, DIRECTOR ACADÉMICO, LABÔ, PUC-SP
ANDRÉA KOGAN, ASSISTENTE ACADÉMICA, LABÔ, PUC-SP • RITA REDONDO, ASSISTENTE ACADÉMICA, IEP-UCP

REVOLUÇÃO INGLESA (1688) 4 E 11 DE FEVEREIRO <i>Carlos Marques de Almeida</i> PROFESSOR, IEP-UCP <i>Ana Martins</i> , IEP-UCP	REVOLUÇÃO AMERICANA (1776) 25 DE FEVEREIRO E 4 DE MARÇO <i>Orlando Simões</i> PROFESSOR, IEP-UCP <i>Laura Lisboa</i> , IEP-UCP	REVOLUÇÃO FRANCESA (1789) 11 E 18 DE MARÇO <i>João Pereira Coutinho</i> PROFESSOR, IEP-UCP <i>João Vargas</i> , IEP-UCP
REVOLUÇÃO PORTUGUESA (1820) 22 E 29 DE ABRIL <i>José Tomaz Castello Branco</i> PROFESSOR, IEP-UCP <i>Pedro Gomes Sanchez</i> , IEP-UCP	REVOLUÇÃO BRASILEIRA (1889) 6 E 13 DE MAIO <i>Bruno Gerschagen</i> INVESTIGADOR CIEP <i>Bruno H. S. Dantas</i> , LABÔ, PUC-SP	REVOLUÇÃO RUSSA (1917) 20 E 27 DE MAIO <i>Luiz Felipe Pondé</i> DIRECTOR ACADÉMICO, LABÔ, PUC-SP

Foi no dia 4 de Fevereiro que se iniciou o seminário Seis Revoluções da Era Moderna (desde 1688 a 1917), proporcionado por uma parceria entre o Instituto de Estudos Políticos e a Labô, contando com a presença de académicos portugueses e brasileiros e que será certamente enriquecedor. Qualquer revolução, regra geral, perspectiva uma profunda mudança numa dada sociedade - não cingisse a meras reformas políticas que aperfeiçoam o sistema anterior - pois nos seus efeitos observamos claras alterações de valores e fundamentos costumeiros. Na Era Moderna o referido atrás tendeu a ser regra. Contudo, cada revolução tem as suas peculiaridades e particularidades que a torna diferente das demais. Assim, o objetivo passa por estudar cada uma e as ligações com as demais, o arco temporal e geográfico em causa faz com que este seja um estudo ainda mais proveitoso.

espaço



"FULL FATHOM FIVE" - JACKSON POLLOCK

cultura

SUGESTÕES CULTURAIS

"THE GREAT HACK" (DOCUMENTÁRIO)

"The Great Hack" ("Nada É Privado") é um documentário de 2019, dirigido por Karim Amer e Jehane Noujaim. O documentário surge na sequência do escândalo que envolve a antiga empresa privada Cambridge Analytica, que fazia parte da SLC Group Britânica. Questões relacionadas com o nosso rasto online, o seu valor e de que modo poderia vir a ser utilizado como forma de influenciar as nossas opiniões, perspetivas ou até mesmo os boletins de voto, surgem. Através de plataformas como o Facebook e outras redes sociais, os nossos dados vão sendo armazenados e possivelmente vendidos a um preço, referido muitas vezes, "mais alto que o petróleo". Chega-se a colocar a questão relativamente à privacidade dos próprios usuários e a invasão da mesma.

David Carroll, um professor norte-americano de comunicação, decide ter acesso aos seus dados pessoais, que foram recolhidos e que se encontravam na posse da empresa Cambridge Analytica. Com o auxílio da jornalista, Carole Cadwallad, que inclusive denunciou a antiga empresa, o caso começou a tomar maiores proporções. Acentua-se o escândalo com a acusação de ex-colaboradores, primeiramente, Christopher Wylie e, posteriormente, Brittany Kaiser. Os dados chegam a ser descritos como possíveis armas políticas, capazes de manipular o próprio voto, através da persuasão e "fake news".

Atualmente milhões de pessoas têm acesso à internet, consumindo várias notícias a cada segundo. Resta saber quais as verdadeiras e quais devem ser filtradas.



FONT:UX COLLECTIVE



FONT:UX COLLECTIVE

SUGESTÕES CULTURAIS

FONTE: CHÁ SEM FILTRO



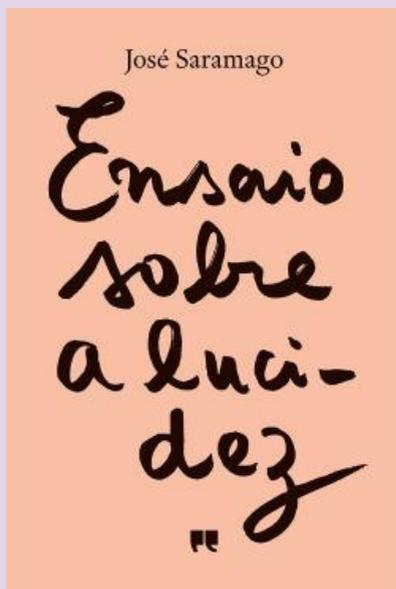
CHÁ SEM FILTRO (PODCAST)

"Sejam muito bem-vindos ao "Chá sem Filtros"! À moda do chá inglês, os temas são pontuais e variadíssimos: política, cultura, arte ou sociedade em geral. O chá está quente e a conversa escaldante, por isso desfruta, sem te queimares. Aqui não derramamos o chá, apenas as ideias. Vem beber chá connosco!"

Um podcast lançado recentemente por dois jovens, alunos do IEP Salvador Sacadura e Carolina Margarido.

ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ

Escrito por José Saramago, Ensaio sobre a lucidez dá-nos a conhecer um mundo onde as pessoas se mobilizam em massa para ir votar, mas em branco. Da obra procedente do Ensaio sobre a cegueira, resta-nos apenas perguntar o porquê e o como de tal situação. Assim, no rescaldo de umas eleições presidenciais, onde a abstenção foi a mais elevada de sempre, devemos procurar questionar-nos sobre o que aconteceria se o inverso acontecesse, se o descontentamento fosse geral e se, de repente, nos encontrássemos no âmbito de uma inesperada crise política....



SLOW-FI 2020

POR LUÍS DUARTE

Depois de, em abril de 2020, Slow J lançar o single "Bem Vindo a Casa.", pairou no ar a dúvida sobre o regresso do artista aos álbuns, apesar de ter lançado em 2019 "You Are Forgiven". Afinal, nada em Slow J obedece a normas. Em 2015, com "The Free Food Tape", João Batista Coelho começara uma viagem de um homem só, com o Sado e Londres na bagagem. Filho de pai angolano e mãe portuguesa, Slow J recusou, em "The Art of Slowing Down" (2017), as etiquetas que não colavam na pele de um artista que segue um caminho que a ele pertence, enquanto consegue de forma ímpar expor-se a si e ao que vê em canções que são para toda a gente. O rapper usa a sua arte como refúgio, cantando para um Johnny a quem possa faltar a fé, no penúltimo tema do álbum, e como arma de arremesso contra quem "desde a creche o quer ver empregado".

Em "You Are Forgiven", Slow J parece chegar a casa. Nada num mar de sonhos, perdões e tristeza, e começa a colher as flores que tinha plantado no seu primeiro álbum. É filho, no primeiro tema do álbum (que conta com Sara Tavares) e pai em "Mea Culpa", e, sem se restringir a um só estilo, confirma aquilo de que muitos já suspeitavam: a arte de Slow J vai muito para além das brutais confissões ou das críticas sociais. É um exercício criativo que o coloca no topo da arte musical em Portugal, sem nunca se esquecer das raízes que fizeram dele quem é, indo desde o Palco Antena 3, na edição de 2016 do Super Bock Super Rock, até ao palco principal, em 2018, sem nunca largar a sua "fam". Essa família vai desde Papillon (com quem fundou a editora



independente "Sente Isto"), até ao filho que perdeu num aborto espontâneo, e todas essas ligações são partilhadas com quem ouve atentamente cada uma das palavras e sonoridades de Slow J.

Onde se insere, então, "Slo-Fi"? O mais recente projeto de Slow J tem uma vertente claramente mais introspetiva do que os trabalhos anteriores, com 9 faixas compostas quase exclusivamente por instrumentais que têm o objetivo de nos levar "onde, por agora, o corpo não pode ir", nas palavras do artista.

Colocando o tempo de confinamento ao serviço da sua criatividade, Slow J apresenta-nos um álbum caseiro para nos levar de viagem, em que a sua formação enquanto engenheiro de som em muito contribui para a construção de sons minimalistas, longe do complexo perfeccionismo sonoro que caracteriza os seus outros trabalhos.

A arte de abrandar, tão preconizada por Slow J, concretiza-se agora num álbum de 23 minutos, sem princípio, meio e fim, que se enquadra numa corrente maior que começou em Setúbal e não tem final à vista: o processo de auto-descoberta de um artista que tem tanto para ensinar como para aprender. Nós cá estaremos, ansiosos para ver o próximo coelho a sair da cartola de Slow J.

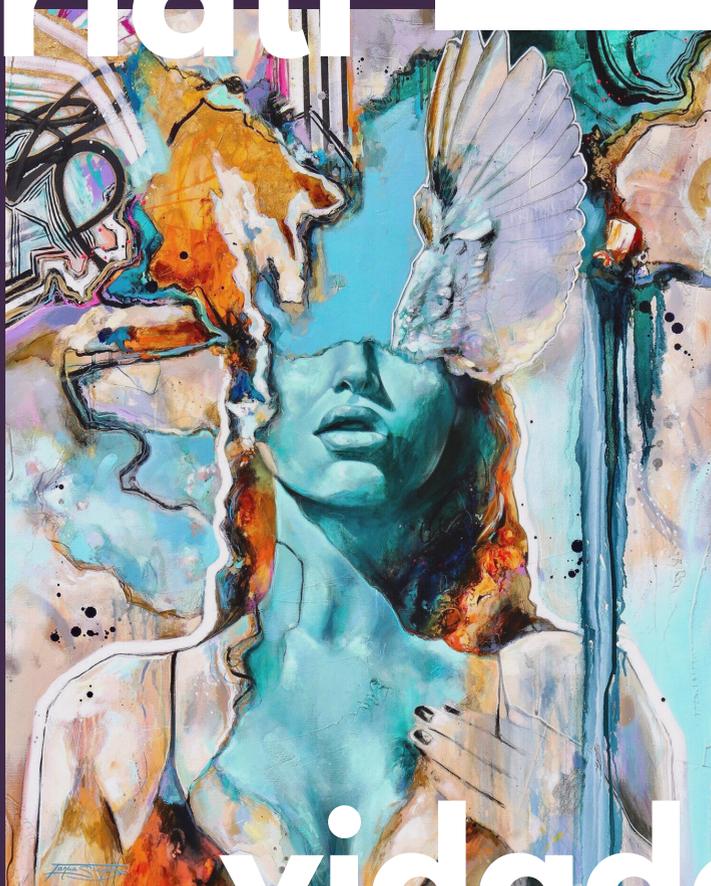


FONTE: SLOWJ.PT



FONTE: SLOWJ.PT

criati



"THE NEXT STEP" - TAHILJA STANTOR

vidade

GERAÇÃO ENSINADA QUE NÃO SABE NADA

POR MARGARIDA LEE

Na minha geração não há privacidade.

Até existe uma lei, mas hoje sei que nenhuma lei nos protege de nós próprios.

Somos a geração que sabe tudo.

É difícil explicar aos nossos pais como é que temos tantos amigos. Não acreditam que conhecemos este e aquele. Mas eu provo que conheço - "vê mãe ela segue-me de volta" - e assim se criam raízes com alguém com quem troquei menos de meia palavra no escuro de um festival numa nuvem de seres iguais a mim e a ela, que não se conhecem mas "seguem-se de volta".

Sabemos tudo, porque lemos comentários, fotografias nos melhores cenários, de filtros primários, navegamos por usuários (novo termo para indivíduos, que consiste em tornar uma palavra feia noutra ainda pior).

Comentava com uma amiga a traição de outra conhecida. Talvez um pouco distorcida por não ser em primeira mão. Mas o que é relevante, é que a nossa discussão não era sobre a desilusão, nem a julgar o parvalhão, mas sim a lamentarmos o facto de alguém com mais de 15 mil "amigos" não ter um que a proteja.

Nesta geração não há privacidade mas também não há verdade. Seguidores convertidos em amigos. Destruímos o conceito de amizade, e se estiveres a ler isto perdoa-me, até hoje não te contei, e ainda ontem me deitei sem pensar em ti. Enfim, de mim saem palavras, algumas até acertadas mas sou desta geração mereço ser desculpada.



Por isso reestruturo:

Somos a geração da destruição.

É difícil explicar aos nossos pais que nascemos atrasados, a um ecrã colados, mas já ensinados. O que não sabemos perguntamos a um senhor mais sábio que eles, com motores de busca e publicidade que acompanha a nossa atividade, sabedor de toda a história e atualidade.

Sabemos tudo. Desculpem por não ter entendido mais cedo que não se pode pedir conselhos a alguém que não é ninguém, que nunca existiu. Desculpem por termos destruído o conceito de amizade que construíram para nós e aceite a consequência de ficar a sós, dependente de uma amizade com algo que não sabe amar, preocupar, nem contar que me mentiu.

Comentava com uma amiga que pela primeira vez não estou perdida que encontrei alguém de fora que não liga às tendências de agora, que valoriza amigos a sério, que me ensinou o que é ser sincero e que não depende de googles para conselhos de imagem, e por isso espero um dia ganhar coragem para libertar aquela conhecida de uma relação perdida e desta geração quase acabada que na realidade não sabe nada.



alma



"THE EIFFEL TOWER" - DELAINAY

poética

ERA UMA BICA ETERNA SE FAZ FAVOR

/ Margarida Lee

Penteia o cabelo, lenço no bolso,
Olhar matador, num bom alvoroço,
Muito Aperlado, nô bem apertado,
Treina a voz ao espelho com precisão,
Bengala dourada, de ouro o coração.

A rua é longa só para a ver,
Amor velho, jovem alma.
Não vê dificuldades, não olha à idade.
Com calma serena de grande vontade.
Andou na guerra vê-se na cara,
Pele morena, cicatrizes saradas.

Quer ver a moça que um dia amou.
Senhor Manuel ao olhá-la cegou.
Foi de vela e cá a deixou.
Chorou por ela, quando ela casou.
Sempre a achou bela, isso nunca mudou.

Dona Cremilde nunca esperou.
Porém espera agora, naquele café,
Com fé de o ver mais uma vez.
Viúva e surda, que pouco conversa
E o Senhor Manuel sobe depressa,
Aquela rua devagar e cansado.

Nunca é tarde demais para ser namorado.



UIVOS

/ Luís Miguel Simas

Ultimamente.

Os meus poemas gritam por ti
Sentem que não lhes olhas de frente
Ressentem.

Sabem que sabes o que querem dizer, calados
Apaixonam-se pelas linhas que teces, à procura de outros
que não eles
Cegos.

Não os mereces por que te desejam e não te sabem
merecer
Estão presos dentro do que sonham sem parecer
E que sonhos.

São mudos, abraçam-te, querem-te, e tu não mudas
Surdos dos avisos que lanças num sorriso nu
Ingenuamente.

Pecam por te deixar entrar, sabendo que não ficas
Uivam de dor, estremeçam, contorcem-se
Param

E recomeçam numa pétala do teu nome.



FICHA TÉCNICA

Diretor Geral Editorial: Luís Miguel Simas

Diretores Gerais-Adjuntos: Carolina Margarido e
Salvador Sommer Sacadura

Diretora de Conteúdo: Sofia Veiga Carita

Diretora de Arte e Forma: Margarida Jackson Lee

"Cá Dentro" (Nacional): Beatriz Silva, Gabriel Fábrega, João Salema de Sequeira, Luís Duarte, Tiago Coelho, Nuno Gouveia e Salvador Sommer Sacadura

"Lá Fora" (Internacional): Inês Simões, João Quaresma, Maria Helena Sequeira, Pedro Trigo, Tiago Coelho e Vasco Serrano

Sugestões Culturais: Inês Simões, Luís Duarte e
Telma Costa

"Por Tugaz" (Entrevistas): Beatriz Silva, Gabriel Fábrega, Luís Duarte e Telma Costa

Estado de Direito(s): João Quaresma, João Salema de Sequeira, Maria Helena Sequeira, Pedro Trigo e Vasco Serrano

Espaço Institucional: João Salema de Sequeira, João Quaresma, Nuno Gouveia e Tiago Coelho

"Cria(tividade)": Carolina Margarido, Luís Miguel Simas, Margarida Jackson Lee e Maria Helena Sequeira

Estamos a Recrutar!

Se queres fazer parte desta equipa, envia-nos um mail para jornalaaiep@gmail.com, no qual deverás explicar qual é, para ti, o papel da imprensa digital numa sociedade democrática e liberal.

Juntamente com essa breve descrição, envia-nos o teu CV, e uma carta de motivação, na qual deverás dizer-nos em que áreas te sentirias mais confortável a escrever, bem como a respectiva regularidade - quinzenal ou mensalmente.

COM APOIO DE:



UNIVERSIDADE
CATOLICA
PORTUGUESA



CATOLICA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS
LISBOA



